



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 059

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 059

50ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios.....	05
Requerimentos	05
Projetos de Lei	13
Pequeno Expediente:	
Dep. André Vargas	17
Dep. José Domingos Sacrpellini	17
Dep. Barbosa Neto	18
Dep. Tadeu Veneri.....	19
Dep. Elza Correia.....	21
Grande Expediente:	
Dep. Ratinho Júnior	22
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	26
Liderança do PDT	
Dep. Luiz Carlos Martins	28
Liderança do PFL	
Dep. Elio Rusch	29
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	30
Discussão / Votação:	
Redação Final	30
2ª Discussão	30
1ª Discussão	31
Discussão Única (Proposição) ..	31
Requerimentos	32
Encerramento da Sessão	32

DIÁRIO Nº 059

50ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Reni Pereira, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Renato Gaúcho e Waldir Leite (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 044/06

Curitiba, 18 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Maringá, área de terreno medindo 1.157,07 m2 (um mil, cento e cinquenta e sete vírgula zero sete metros quadrados), destacada de área maior, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, localizada na sede do referido município, “Gleba Patrimônio Maringá”, área essa descrita no croqui, às fls. 10, do protocolado nº 8679.765-8.

A medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que, tal área será utilizada pela municipalidade na implantação de um posto de saúde no Bairro Vila Nova, para atendimento, também, à população dos bairros vizinhos.

No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em causa reverterá ao patrimônio do Estado/DER, caso tenha utilização diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Maringá, área medindo 1.157,07 m2 (um mil, cento e cinquenta e sete vírgula zero sete metros quadrados), de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, destacada de área maior, descrita conforme croqui de fls. 10, do protocolado nº 8.679.765-8,

situada na sede do referido município, na “Gleba Patrimônio Maringá”.

Art. 2º O município de Maringá utilizará a área de que trata o artigo anterior, exclusivamente, na implantação de um Posto de Saúde no Bairro Vila Nova, para atendimento, também, à população dos bairros vizinhos, retornando tal imóvel ao patrimônio do Estado/DER, caso haja utilização diversa da prevista.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 045/06

Curitiba, 23 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, visando garantir a profissionalização e a inclusão de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas, assim como adotar outras providências.

Pretende-se, com a medida ora proposta, implementar um programa de aprendizagem que assegure a formação profissional de adolescentes com idade entre 14 e 18 anos, inserindo-se nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei nº 10.097/00, da Lei nº 11.180/05, do Decreto 5598/05 e do artigo 227 da Constituição Federal.

Muitos adolescentes encontram-se em situação de risco e à margem da sociedade. A condição de vulnerabilidade desses adolescentes é decorrente, dentre outros fatores, da desagregação familiar, da falta de profissionalização e de oportunidades de emprego. Todas essas situações levam à privação e violação de seus direitos fundamentais, prejudicando a auto-estima e levando-os a uma conduta muitas vezes agressiva e/ou excessivamente submissa.

O número de adolescentes em situação de risco é cada vez maior. Segundo dados do Instituto de Ação Social do Paraná, órgão gestor da política de atenção ao adolescente em conflito com a lei, a quantidade de adolescentes apreendidos por terem cometido infrações que os colocam em situação de risco é de mais de mil adolescentes por semestre no Estado.

Portanto, a participação de adolescentes em conflito com a lei em programas de profissionalização e de geração de renda que lhes oportunizará o preparo adequado para o exercício de uma profissão, ganha relevância como possibilidade de inserção formal no mundo do trabalho além de afastá-los das condições favorecedoras do ato infracional.

Essa participação deve ser vista como algo que vai além da qualificação para atuação no processo produtivo.

É, especialmente, uma oportunidade de aprendizado para a convivência social produtiva e saudável e possibilidade concreta de inclusão social.

A atuação do Estado e a mobilização e organização da sociedade são fundamentais na promoção social do adolescente, prevenindo, dificultando e impedindo o aliciamento dos mesmos para a prática de atos ilícitos.

A base legal para isso é o Estatuto da Criança e do Adolescente, fundamentado na doutrina da proteção integral, contemplada no artigo 227, da Constituição Federal, que trouxe novo significado e nova compreensão da pessoa em desenvolvimento, reconhecendo-a como sujeito de direitos, o que transformou radicalmente os parâmetros jurídicos e políticos de atenção à população infanto-juvenil.

A Lei nº 10.097/00 prevê o contrato de aprendizagem, que foi normatizado pelo Decreto 5598/05, o qual remete à necessidade de legislação específica que discipline o assunto no que diz respeito à contratação de aprendizes por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional (artigo 15), possibilitando a adoção de políticas públicas voltadas ao adolescente para a garantia do seu direito fundamental à profissionalização.

Considerando os aspectos apontados, fica evidenciada a necessidade e urgência de legislação específica no âmbito do Poder Público Estadual, possibilitando ao adolescente, a partir da compreensão e do respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, a capacitação profissional adequada ao mundo do trabalho.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei.

Art. 2º O Programa será dirigido ao atendimento de adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, submetidos a medidas socioeducativas, assim como os que tenham sido beneficiados com remissão.

Art. 3º O Programa contará com a participação de instituições formadoras, Órgãos da Administração Pública Direta e da Indireta, além das entidades executoras de medidas socioeducativas.

Art. 4º O Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei, tem por objetivo:

I - garantir continuidade ao processo de formação do adolescente iniciado com o cumprimento das medidas

socioeducativas, através da articulação da rede de programas de socioeducação que têm a missão de apoiar os adolescentes na consolidação de um novo projeto de vida;

II - fomentar políticas públicas de integração dos serviços governamentais e não-governamentais para a promoção educativa do adolescente em conflito com a lei;

III - criar oportunidade de ingresso do adolescente no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes, desenvolvendo o senso de responsabilidade e iniciativa através da consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como de valores éticos;

IV - propiciar aos adolescentes as condições para exercer uma iniciação profissional na área da administração;

V - estimular a inserção ou reinserção do adolescente no sistema educacional e, quando necessário, proporcionar o reforço escolar a fim de garantir e melhorar o processo de escolarização.

Art. 5º Ficam criadas 700 (setecentas) vagas de auxiliar administrativo-aprendiz, no âmbito da Administração Pública Estadual.

Art. 6º Para atendimento ao Programa nos termos do artigo 1º e artigo 5º, será adotado no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e Empresas Públicas, o regime de aprendizagem previsto nos artigos 424 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (Lei 10.097/00) e Decreto Federal 5598/05, exclusivamente para inserção social de adolescentes em conflito com a lei, nos termos do artigo 227, *caput*, parágrafo 3º da Constituição Federal.

Art. 7º A seleção para contratação dos adolescentes visando o preenchimento das vagas, conforme disposto no artigo 5º, será realizada através de processo seletivo, mediante o atendimento aos critérios estabelecidos na regulamentação desta lei, conforme o artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 8º As despesas referentes à contratação dos adolescentes no padrão de salário mínimo hora - por vinte horas semanais correrão à conta da dotação orçamentária de pessoal em cada Instituição Pública.

Art. 9º A presente lei será regulamentada mediante decreto.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 046/06

Curitiba, 23 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso

anteprojeto de lei que, em conformidade com o preceito constitucional contido no artigo 10 da Carta Estadual, objetivando autorizar o Poder Executivo a proceder doação aos municípios paranaenses de imóveis de propriedade do Estado que estejam ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º grau, municipalizados mediante convênios.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da sociedade, mormente aos do ensino público, eis que atenderá reivindicações de praticamente todos os municípios do Estado, em cujas manifestações estão representados pela Associação dos Municípios do Paraná, em Ofício nº 122/06, de 16 de maio corrente, firmado por seu Presidente, Luiz Lázaro Sorvos, Prefeito de Nova Olímpia. O signatário do referido Ofício da AMP pondera que “em razão de os municípios estarem impedidos de efetuar investimentos com recursos oriundos de repasses do Governo Federal, haja vista ser escolas municipais, porém construídas em terrenos de propriedade do Estado. Dessa forma, como os imóveis já se encontram à disposição dos municípios, faz-se necessária a devida legalização da concessão através do instituto da doação, o que possibilitará aplicação de recursos federais na infraestrutura e utilidade das sedes escolares.”

Por outro lado, vale ressaltar que as doações que forem efetivadas com base na pretendida lei, estarão condicionadas a uso exclusivo por estabelecimentos de ensino e se, em qualquer tempo, forem utilizados para outros fins, ficarão automaticamente canceladas com o conseqüente retorno dos imóveis ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Em conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a doar aos municípios, imóveis de propriedade do Estado do Paraná, que estejam ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º grau, municipalizados mediante convênios.

§ 1º Outros imóveis, ouvidas a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, a Secretaria de Estado da Educação - SEED e, quando for o caso, o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, desde que considerados apropriados para expansão do ensino fundamental, atendidas as formalidades aplicáveis, poderão constituir-se objeto de doação às municipalidades.

§ 2º Os imóveis doados com base neste artigo, somente poderão ser utilizados por estabelecimentos de ensino, retornando, automaticamente, ao patrimônio do Estado, no caso de descumprimento dessa condição.

Art. 2º As doações de que trata a presente lei, serão efetivadas através de Decreto proposto em expediente instruído com a devida documentação, inclusive com pareceres dos órgãos mencionados no parágrafo 1º do artigo 1º.

Art. 3º Esta lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

OFÍCIO Nº 031/06

Curitiba, 29 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Pelo presente vimos solicitar de V. Exa, que se digne autorizar à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, a justificativa para nossa ausência e conseqüente abono de nossas faltas em Sessões plenárias e votações, nos dias 30 e 31 de maio e 01 e 02 de junho, quando estaremos representando esta Casa, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos na X Conferência Nacional de Direitos Humanos, que será realizada em Brasília. No dia 30 de maio, estaremos em Audiência na Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, tratando assunto da Comissão.

Sendo o que nos apresenta para o momento e certo de sua preciosa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para a Mensagem nº 037/06, Projeto de Lei nº 267/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo a, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, efetuar reversão ao município de Uniflor, das terras nºs 15 e 16, da quadra nº 13, matrículas nºs 11.884 e 8.055, respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para a Mensagem nº 041/06, Projeto de Lei nº 271/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva rees-

trutar as Carreiras do Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para a Mensagem nº 042/06, Projeto de Lei nº 272/06, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação e transformação de cargos provenientes em comissão, da lotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, sejam anexadas à representação ao Conselho de Ética contra o Deputado Barbosa Neto, protocolada da data do dia 24 de maio, a lista de presença e a relação de votação nominal do projeto de venda da UEG Araucária.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia todo apoio institucional e também autorização para utilização do saguão do Centro Legislativo Anibal Khury, para que seja realizada a Exposição Tantas Ecco Surrealista, das telas da artista plástica Regina Adamowicz, no período de 31 de maio a 9 de junho.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER espaço no Grande Expediente, no dia 31 de maio de 2006, para o Deputado Cleiton Kielese relatar e homenagear a Data Nacional da Itália, 02 de junho de 2006.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) CLEITON KIELESE

REQUERIMENTO Nº 1327

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do

Sr. João Samek, pelo seu falecimento ocorrido na manhã do dia 24 de maio de 2006.

Pai do Diretor-Geral da Itaipu Binacional, Jorge Samek, o Sr. João Samek era casado com a Sra. Cristina Lacki Samek e deixa três filhos (João, Jorge e Marcos).

Peço a meus Pares apoio à proposta, solicitando ainda que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à sua família, no seguinte endereço: Rua Manoel Padilha de Lima, 502 - Ahu - CEP: 82200-410 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ezaias Marcos Cazella, ocorrido no dia 24 de maio p.p., na cidade de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Zelinda Cazella, enviando correspondência à Rua Antônio Carlos Gomes, 471, CEP: 85.400-000, Guaraniaçu-PR.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes paramos para pensar que o importante é o tempo em que estamos junto às pessoas que amamos. Na verdade, temos que trocar o tempo, quando olhado pelo lado da duração, pela qualidade dos momentos que vivenciamos.

Uma vida é composta de momentos, principalmente dos positivos. Uma vida é composta de ações, especialmente daquelas voltadas para o bem comum. E são justamente destes bons momentos e destas belas ações que guardamos a lembrança de alguém que nos deixou para viver em outro plano.

Os atos praticados são mais importantes que o tempo. E é assim que devemos sempre lembrar do Sr. Cazella, um homem que marcou a sua passagem pelas nossas vidas pela sua forma simples, tranqüila e sua maneira afável de fazer amigos.

E a nossa fé cristã nos dá a garantia de que um dia o reencontro vai acontecer. E mais ainda: de que o Sr. Cazella está na paz do Criador, no amor de Deus Todo-Poderoso que com a Sua infinita bondade acolhe todos os Seus filhos.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adair Pavoni, mais conhecido como “Naza”.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Durval Troge, aos 74 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Professora Elviá Carrano Marques, aos 92 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Léia Maria Lenzer, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Izabel Izolina Santos Paião.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jerônimo Grosso, aos 77 anos, no último dia 23 do mês corrente.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis, em nome de sua esposa Luzia Vanir Grosso e dos cinco filhos: José Grosso, Moisés Grosso, Martinho Grosso, João Grosso e Antonio Grosso.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Sr. Luigi Barindelli, que nos deixou no dia 27 de abril de 2006, esposo da Sra. Conceição Barindelli.

Nascido em 12 de fevereiro de 1939 em Esino Lario (Lecco) Itália, o Sr. Luigi Barindelli formou-se em Engenharia pelo Politécnico de Milão. Nos primeiros anos de profissão, foi autor de pesquisa e estudos que deram origem a parentes internacionais. Responsável pela direção de construção das Centrais Elétricas da Ercole Marelle, transferiu-se para o Brasil no início dos anos 80 com a tarefa de aplicar os procedimentos de controle de qualidade das Centrais Nucleares durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Com vinte anos, começou a participar da vida pública na Itália, dentro dos limite de tempo concedidos por uma atividade profissional desempenhada em muitos países no exterior. Foi eleito em 1991 para o primeiro

Conselho Geral dos Italianos do Exterior, no qual foi escolhido para compor o Comitê de Presidência, cargo confirmado sucessivamente até o ano de 2004. Nesse período, o Sr. Luigi Barindelli participou do processo de revisão constitucional, que deu origem à lei sobre o voto no exterior (1992 - 2001); participou da preparação de diversos projetos legislativos aprovados pelo Parlamento Italiano. Em 1992, criou o Centro di Cultura Italiana Paraná e Santa Catarina que, superou em 2005, a marca de 25.000 alunos; representa hoje a maior escola de italiano operante no território de um único Consulado. Em 2002, criou a Scuola Italiana d'Art - Marzio Tremaglia e o CRISB - Consórcio Regiões Italianas e Estados do Brasil; há dois anos iniciou um programa de tratamento da dislexia, projeto cujas atividades envolvem 15% das crianças do Brasil, estas com caráter de voluntariado a favor de uma comunidade de um país e de um Continente.

O tempo não apaga a dor trazida por perda dessa magnitude. Fica uma grande lacuna em nossas vidas pela falta dos amigos queridos, pai carinhoso, marido atencioso, filhos amados, espaço que ninguém poderá ocupar, só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nosso votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável dos entes queridos.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Colégio Mãe de Deus de Londrina. Desde 1936, data de sua fundação, o Colégio foi reconhecido como um dos pioneiros no Brasil a atender a exigência da lei de diretrizes e bases da educação. Tornando-se Instituto Superior de Educação no ano 2002, privilegiando a educação feminina pelo sistema pedagógico de Schoenstatt criada pelo Padre José Kentenich.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Evelina Grandis, Patrimônio Cultural de Londrina, pelo livro publicado e titulado "Tributo a Evelina Grandis".

Pioneira do acordeom no início da década de 1950 e formadora do conjunto de acordeom em 1951.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1331

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Museu de Arte de Londrina pela exposição "poiesis faz referência ao livro da jornalista Juliana Simonetto. A exposição conta com o apoio de seis artistas: Fernanda Magalhães, Letícia Márquez, Danilo Vila, Cláudio Garcia, Fernando Augusto e Plauto Menten.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa seja encaminhado voto de congratulações ao Presidente reeleito, Anísio Tormena, da Alcopar - Associação de Produtores de Alcool de Açúcar, Sialpar - Sindicato das Indústrias de Alcool e Siapar - Sindicato dos fabricantes de Açúcar, com votos extensivos aos componentes dos Conselhos das referidas instituições.

Na sexta-feira, dia 26 de maio de 2006, com a presença de várias autoridades, entre elas o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, o Governador Roberto Requião, além de lideranças nacionais do setor e do agronegócio no Paraná.

O agropecuarista e industrial Anísio Tormena, que ocupa a presidência da Alcopar, da Sialpar e do Siapar, foi reeleito recentemente pelos associados para mais um período de quatro anos.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(aa) CIDA BORGHETTI

ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à BPW Curitiba - Associação e Mulheres de Negócios e Profissionais, através de sua Presidente, Alba Regina de Leão Buchi, em razão da comemoração dos dezoito anos da entidade em Curitiba no evento Special Night BPW.

Receberam o Troféu Estrela BPW diversas mulheres, estabilizadas com excelentes desempenho profissional e que colocam acima de tudo o amor ao trabalho e à ética profissional.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(aa) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de

voto de congratulações à Câmara Italo-Brasileira de Comércio e Indústria Paraná e Santa Catarina, pela posse da Diretoria eleita, gestão 2006/2008, no dia 25 de maio. Seja da nova Diretoria, na pessoa de seu ilustre Presidente, Denir Guandalini; ao 1º Vice-Presidente, Paolo Variola; ao 2º Vice-Presidente Vittorio Romanelli; ao 1º Tesoureiro Dalton Zeni Rispoli; ao 2º Tesoureiro Roberto Colliva; aos Conselheiros: Paulo Papagna; Carlos Rodolfo Sandrini, Giuseppe Lanzuolo; Luiz César Zaniolo; Marcello Luparia; Walter Petruzzello.

Bem como à antiga Diretoria, na pessoa do empresário Carlos Rodolfo Sandrini e seus companheiros.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria Paraná e Santa Catarina é uma associação sem fins lucrativos que reúne mais de mil sócios, entre pequenas, médias e grandes empresas. Está presente em todo o Estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Goiás e Tocantins, num total de 75 delegados.

Foi fundada em 1902, por um grupo de banqueiros, comerciantes e industriais italianos com a finalidade de estreitar as relações comerciais entre empresas brasileiras e italianas. Hoje, ocupa um lugar de destaque entre as setenta câmaras italianas no mundo, mais importantes.

Com a experiência de um século de atuação, tem a capacidade de oferecer a seus associados a melhor assessoria de negociação, proporcionando aos empresários italianos todo o apoio para o desenvolvimento de suas atividades no Brasil, e aos empresários brasileiros as melhores oportunidades de negócios no intercâmbio com a Itália.

Encaminhe-se este requerimento a todos os componentes da nova diretoria, como também ao Presidente da diretoria do biênio anterior. Travessa Oliveira Belo, 67 - 7º andar, sala 701 - CEP: 80.020-030.

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Colégio Mãe de Deus, de Londrina, em comemoração aos setenta anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado

da Saúde, solicitando ao mesmo que determine a destinação de dois gabinetes odontológicos com os respectivos equipamentos para os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Campo Mourão, Farol e Luiziana.

Trata-se de reivindicação daquela comunidade formulada através da Câmara de Vereadores de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à desativação do Centro Cirúrgico, UTI, almoxarifado e duzentos leitos, do Hospital Municipal de Maringá, conforme protocolo já em andamento (8710241, de 29 de novembro de 2005).

Trata-se de importante reivindicação da comunidade de Maringá e região, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços médicos prestados.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Der-nizo Caron - Secretário de Estado de Obras Públicas, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Pinhais, conforme requerimento aprovado, de autoria do ilustre Vereador Joãozinho Ribeiro, solicitando, com a máxima urgência, a construção de uma passarela para pedestres da Vila Maria Antonieta ao Jardim Triângulo, a qual fica dividida pela BR - Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, no município de Pinhais.

Requer ainda que seja dado ciência ao Vereador José Rodrigues Dias, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joãozinho Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Camilo di Léllis, 393 - CEP: 83.323-000 - Pinhais-PR.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário da Educação do Estado do Paraná, Dr. Maurício Requião, e à Secretária de Cultura do Estado do Paraná, Vera Maria Haj Mussi Augusto, para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de recuperar, restaurar e reaproveitar o prédio histórico do Grupo Esco-

lar de Pirahy, na cidade de Piraí do Sul, que se encontra em completo estado de abandono e entregue à ação de vândalos com invasão e depredação já anunciadas às autoridades públicas.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Construído em 1926, para abrigar uma escola estadual, o Grupo Escolar de Pirahy tornou-se o orgulho da comunidade piraiense, formando personalidades do meio educacional intelectual, político e empresarial da cidade. Posteriormente rebatizado com outros nomes, cumpriu a função na área da educação por muitos anos. Abandonado e sofrendo as ações do tempo e atos de vandalismo de toda a ordem, o prédio, que é um patrimônio histórico da cidade, vive sua agonia e encontra-se em estado lastimável, conforme matéria publicada recentemente, pelo jornal da cidade.

A reforma já foi solicitada à Fundepar e à Secretaria da Educação, pela professora Letícia de Luca Wollman Saldanha, pela própria Prefeitura Municipal que pretende montar naquele espaço do patrimônio histórico, a sua Casa de Cultura, e há um movimento na cidade liderado pelo jornalista Luís Milléu Wood, no sentido de que sejam agilizadas as iniciativas do Governo do Estado para oportunizar o aproveitamento urgente do Grupo Escolar de Pirahy, para orgulho daquela comunidade.

O descaso com um patrimônio desta importância precisa ser reparado com extrema urgência, pois perde a comunidade de Piraí, a população da cidade e perde o Estado do Paraná. Todos perdemos quando se abandona nossa própria história.

REQUERIMENTO Nº 1344

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria da Administração para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de agilizar o processo de recuperação, restauração e reaproveitamento do prédio histórico do Grupo Escolar de Pirahy, na cidade de Piraí do Sul, que se encontra em completo estado de abandono e entregue à ação de vândalos com invasão e depredação já anunciadas às autoridades públicas.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, encaminhando um exemplar de “Vida e Morte do Papa

João Paulo II” e sugerindo maior incentivo e apoio em nosso Estado à Literatura de Cordel.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando informações a respeito da inclusão ou não no Orçamento/2006 das obras de pavimentação asfáltica no trecho entre a ponte sobre o rio Taquara até o Distrito de Guairacá, na Zona Rural de Londrina.

Os agricultores e moradores da localidade bloquearam o acesso ao Distrito exigindo o início das obras.

Encaminhar, também, a resposta sobre a mesma questão, recebida por este Parlamentar, da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que encaminhe ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; à Sra. Secretária de Estado da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto; à Sra. Coordenadora do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Paraná, Rosina Coeli Alice Parchen; ao Sr. Prefeito de São José dos Pinhais, Sr. Leopoldo Costa Meyer, o pedido de Tombamento do Conjunto Arquitetônico, da Igreja mais Casario da Colônia Marcelino, em São José dos Pinhais - a trinta quilômetros da sede urbana.

Sala das Sessões, em 28.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A colônia e a igreja, de 1987, constituem um referencial da imigração eslava ao Paraná. Ponto de encontro de imigrantes poloneses e ucranianos, a Colônia Marcelino distingue-se pela beleza de sua paisagem colonial arquitetônica intacta, em singular conjunto de mata nativa, pinheirais, ervais e imbuías.

A igreja histórica, embora importante, e ao lado de imponente instituto religioso, tem sofrido tentativas de destruição - até um incêndio criminoso, felizmente debelado.

Para maiores informações ver xerox em anexo da reportagem na Gazeta de Povo, e pesquisar no livro “Imigrantes, 1870-1950: os europeus em São José dos Pinhais” de Maria Angélica Marochi, publicação da Travessa dos Editores (2006).

O que não se faz, não existe.

O tombamento deve obrigar a Prefeitura Municipal e o poder público, a ter maior cuidado com o acervo de prédios históricos.

Considerando o valor do artigo conjunto arquitetônico para a história paranaense, justifica-se esta proposição de tombamento da igreja mais casario da Colônia Marcelina.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas nos seguintes endereços: Governo do Estado - Pça. N. Sra. da Salete, s/nº, Prefeitura Municipal, de São José dos Pinhais, rua Passos de Oliveira, 1101, CEP 83030-720; Secretaria da Cultura, Rua Ébano Pereira nº 240, CEP 80.410-903 - Curitiba/PR. Departamento Histórico e Artístico do Estado do Paraná - Rua Ébano Pereira nº 240, CEP 80.410-903 - Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que encaminhe ao Ministro de Estado da Cultura - MinC, Gilberto Passos Gil Moreira; Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; Prefeito de Guaraqueçaba, Riad Said Zahoui; à Secretária Estadual da Cultura, Vera Haj Mussi Augusto, a proposição de apoio ao projeto cultural Encontro de Fandango, da Associação dos Fandanguheiros de Guaraqueçaba, que se encontra na Secretaria de Fomentos do MinC, sob o nº 05-10340, concorrendo às verbas do Fundo Nacional de Cultura.

Sala das Sessões, em 28.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Encontro de Fandango é um projeto da Associação dos Fandanguheiros do município de Guaraqueçaba, que se encontra na Secretaria de Fomento do Minc. sob Pronac 05-10340. Concorrendo as verbas do fundo nacional de cultura.

Este Evento é muito importante para a cidade de Guaraqueçaba, localizada no Litoral do Paraná, santuário ecológico.

Guaraqueçaba sempre foi reconhecida como a guardiã das raízes culturais do fandango paranaense, viveu seu grande apogeu até a segunda guerra mundial, quanto tudo era motivo de se fazer uma festa com objetivo de dançar um bom fandango.

Com a implantação das leis ambientais, tornou-se conhecida como santuário ecológico, e as tradições foram deixadas de lado.

Para que a tradição cultural do nosso fandango não caísse no esquecimento, a comunidade guaraqueçabana reuniu-se para preservar e divulgar a tradição cultural já meio esquecida entre a população e a importância da sua manutenção.

Foram organizados vários projetos com objetivo de organizar uma instituição comprometida em resgatar os valores culturais e tradicionais e divulgá-los.

Paralelamente em 2001, foi fundada a Associação dos Fandanguheiros do Município de Guaraqueçaba.

Em 2005 elaborou-se o presente projeto Encontro de Fandango, com a finalidade de promover a troca de conhecimento entre os mestres da cultura fandangueira, tradicional do litoral caíçara. Neste encontro serão debatidos os assuntos: legislação, patrimônio, estratégias para proteção e preservação do conjunto dos seus saberes.

Devemos preservar nossa cultura e nossas tradições!

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas nos seguintes endereços: Ministério da Cultura - MinC, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 401, CEP 70068-900 Brasília Distrito Federal; Governo do Estado, Pça. N. Sra. da Salete, s/nº, e à Secretaria Estadual da Cultura; Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, rua Passos de Oliveira, 1101, CEP 83030-720; Secretaria da Cultura, Rua Ébano Pereira nº 240, CEP 80.410-903 - Curitiba/PR; Departamento Histórico e Artístico do Estado do Paraná - Rua Ébano Pereira nº 240, CEP 80410-903 - Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, bem como inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, sejam prestadas ao requerente e demais Deputados Estaduais as seguintes informações a respeito do quadro de servidores públicos efetivos do Poder Legislativo Estadual:

- data do último concurso público realizado pela Assembléia Legislativa do Paraná;

- explicitada a data da realização do último concurso público, informar:

- a) cargos para os quais foi realizado o último concurso público;

- b) relação de todos os candidatos aprovados no mencionado concurso público;

- c) relação de todos os candidatos aprovados no último concurso público e que foram investidos nos respectivos cargos.

- Sobre os atuais servidores públicos da Assembléia Legislativa do Paraná, cuja relação foi publicada no Diário da Assembléia Legislativa, informando seu novo enquadramento funcional, prestar os seguintes esclarecimentos:

- a) data do concurso ao qual se submeteram e foram aprovados;

- b) cargo para o qual foram aprovados em concurso público os atuais servidores que integram o quadro próprio do Poder Legislativo do Paraná;

- c) número do ato e data de investidura em cargo público de cada um dos servidores;

d) se o ato de investidura foi registrado junto ao Tribunal de Contas;

e) desses servidores, quais foram beneficiados pelo disposto constitucional que assegurou a estabilidade para aqueles que já tinham cinco anos de serviço público em cinco de outubro de 1988;

f) se algum dos servidores ocupantes de cargos públicos na Assembléia Legislativa do Paraná foi investido no cargo público sem aprovação em concurso público, após cinco de outubro de 1983;

g) daqueles servidores ocupantes de cargos cujo requisito de escolaridade é nível superior, informar data em que concluíram a graduação;

h) local de lotação de cada um dos servidores da Assembléia Legislativa do Paraná;

i) se há outros funcionários efetivos no Poder Legislativo do Paraná, além daqueles relacionados no Diário da Assembléia Legislativa;

j) informar a relação de servidores licenciados e cedidos a outros poderes e órgãos, informar a data.

Por fim, requer seja juntado à resposta, os editais dos concursos públicos realizados.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

A divulgação da relação de funcionários efetivos da Assembléia Legislativa, gerou uma série de dúvidas junto à imprensa e população em geral.

Com fulcro na presunção da legalidade dos atos administrativos, a conclusão óbvia é que todos os servidores investidos após cinco de outubro de 1983 submeteram-se ao concurso público, na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Ocorre que os jornais, em especial a Folha de Londrina do dia 26 de maio de 2006, puseram em dúvida a regularidade do ingresso no serviço público dos servidores que tiveram seus nomes relacionados no Diário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Para que não paire nenhuma dúvida sobre a regularidade do ingresso no serviço público requer-se sejam prestadas a todos os Deputados as informações solicitadas por este requerimento.

Estas são as razões do pedido.

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra.

Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando informação em relação à realização de um concurso público, a fim de que sejam contratados médicos legistas para o Instituto Médico Legal de Londrina. Vale ressaltar que a realização do concurso já foi autorizada pelos órgãos competentes, mas as providências ainda não foram tomadas.

Sala das Sessões, em 28.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1353

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER, no sentido de atender ao pedido da Sra. Maria Helena da Silva, residente à Rua João Budel nº 8806, Casa 8 - Bairro Butiatuvinha, que solicita a troca de todas as lâmpadas que se encontram queimadas no viaduto do contorno Norte. Pede ainda a execução de limpeza do mato das laterais dessa rodovia. Segundo a Sra. Maria Helena, depois que foi aberto esse contorno, o local ficou completamente abandonado pelas autoridades, necessitando urgentemente de melhor conservação. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3272-6648.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1354

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Cambé - bairro Sítio Cercado, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nesse bairro. Afirmam os moradores que o bairro está invadido por assaltantes e "ganguês", causando muito medo e apreensão em toda a comunidade. A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Zulmira Bacila - bairro Uberaba de Baixo, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa rua, nas proximidades do Projeto Piá. Ultimamente vêm ocorrendo muitos assaltos,

roubos nas residências, além da presença de muitos usuários de drogas e desocupados. A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 298/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos de telefonia celular ou outros que utilizem comunicação ou transmissão de dados por meio de propagação de ondas eletromagnéticas, tais como pagers, bip's, aparelhos de radiochamada e walk-talks.

§ 1º Esta proibição apenas não se aplica a policiais e a servidores estaduais lotados nos respectivos estabelecimentos prisionais.

§ 2º Para os fins desta lei equiparam-se a estabelecimentos prisionais as delegacias, os manicômios judiciais, os centros de reconhecimento provisório e os destinados à ressocialização de menores.

Art. 2º Os detentos e o público ingresso aos portões do estabelecimento prisional serão revistados antes do ingresso e os aparelhos referidos no artigo anterior serão desligados e retidos, devendo ser devolvidos apenas na saída.

Art. 3º Visando dar maior efetividade às disposições desta lei, o Estado do Paraná, obedecendo as disponibilidades orçamentárias, engendrará esforços no sentido de fazer instalar nos estabelecimentos prisionais bloqueadores de transmissão de ondas de comunicação ou de outro sistema capaz de impedir qualquer forma de comunicação a partir do interior do estabelecimento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa

estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que 'a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca'.¹

O presente projeto visa a proibir a comunicação por qualquer tipo de aparelho transmissor de ondas eletromagnéticas a partir do interior do presídio, sendo claro que muitos crimes são comandados de dentro destes locais exatamente por este meio.

Com esta alternativa, a segurança da população paranaense será fortalecida.

A segurança é uma garantia de todos, prevista em nossa Constituição Federal. Assim prevê o artigo 6º da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com tal proibição muito atos criminosos serão coibidos, restando atendido, de modo ainda mais efetivo, seu direito à segurança.

PROJETO DE LEI Nº 299/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A idade máxima permitida para utilização de veículos de transporte coletivo para os serviços regulares será de dez anos e para os veículos especiais não haverá limite, observados os critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 2º As operadoras de linhas regulares poderão utilizar veículos entre 10 (dez) e 20 (vinte) anos, desde que não ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) do total da frota registrada, com autorização em caráter excepcional e provisória expedida no DER/PR, nos seguintes casos:

I - nas linhas e serviços regulares, onde o pavimento do trecho operado apresente comprovadas condições precárias de tráfego, enquanto perdurar a situação.

II - nas linhas e serviços regulares operadas em caráter provisório, através de requisição de serviço.

1. STF. Pleno, ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

III - nas linhas com fator de ocupação abaixo de 60% (sessenta por cento) do fator de ocupação adotado na planilha tarifária.

§ 1º No certificado de registro dos veículos a que se refere este artigo, deverá constar obrigatoriamente as linhas para as quais o mesmo foi autorizado a operar.

§ 2º A autorização excepcional e provisória prevista neste artigo, será automaticamente cancelada e o cartão de registro imediatamente recolhido, caso a transportadora utilize o veículo na execução de linha distinta da que foi autorizada, não lhe sendo permitida nova autorização, mesmo que em outra linha.

Art. 3º Nenhum veículo com idade superior a 15 (quinze) anos poderá ser registrado no DER/PR para execução de serviço regular ou especial, sem que apresente:

- Certificado de segurança veicular, emitido por Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Inmetro, concessionária dos ônibus ou por engenheiro mecânico com registro no Conselho Regional de Engenharia - Crea;

II - Seguro de Responsabilidade Civil exclusivo para passageiros transportados, com garantia única.

Art. 4º Os valores estabelecidos para contratação do seguro de responsabilidade civil exclusivo para passageiros, serão corrigidos anualmente, conforme valores adotados pela ANTT.

Parágrafo único. Para os veículos com capacidade inferior a dezoito passageiros, o valor do Seguro de Responsabilidade Civil será de 25% (vinte e cinco) por cento do valor adotado para veículos a partir de dezoito lugares.

Art. 5º Serão considerados documentos de porte obrigatório para execução dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, além dos demais documentos exigidos em lei, normas e regulamentos específicos:

I - Certificado de Segurança veicular válido;

II - Certificado de Registro do veículo no DER/PR válido;

III - cópia autenticada da Apólice de seguro de responsabilidade civil, que se refere o artigo 3º desta lei, que conste a placa do veículo a que se refere, válida;

IV - Carteira de Saúde do motorista em serviço, válida;

V - Carteira de curso especial de motorista, para efetuar transporte coletivo de passageiros;

VI - tabelas e horários e preços vigentes, quando se tratar de serviços regulares.

Art. 6º As multas a serem aplicadas por inflação às normas desta lei, obedecerão aos parâmetros estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 1821/2000, acrescidas as seguintes penalidades:

Grupo II

Letra M = não portar no momento da viagem, documentos obrigatórios exigidos por lei, norma ou decretos específicos.

Grupo III

Letra J = não possuir os documentos obrigatórios exigidos por lei, norma ou decretos específicos, com prazo de validade válido.

Parágrafo único. Na operação dos serviços especiais, a ausência de qualquer dos documentos obrigatórios válidos, sujeitará a transportadora ao recolhimento do Certificado de Registro do veículos, sem prejuízo das demais penalidades.

Art. 7º - Ficam mantidas as disposições estabelecidas no Decreto Estadual nº 1821/2000, exceto as que colidirem com a presente lei, que ficam automaticamente revogadas.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(aa) NELSON GARCIA e

DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa adequar o regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná - Decreto nº 1821/2000 - às necessidades dos usuários e prestadores de serviços de transporte coletivo regular e especial.

O disposto no presente projeto de lei é fruto de uma ampla discussão envolvendo as partes interessadas, o Departamento de Serviços de Transportes Comercial - DSTC do Governo do Estado, objetivando melhorar as condições para a prestação dos serviços de transporte regular e especial de fretamento e garantir melhores condições de segurança aos usuários.

Especialmente no caso dos serviços especiais de fretamento, fica suprimido o limite de 15 anos de idade dos veículos, porém, passa a ser exigido o Certificado de Segurança Veicular, emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Inmetro ou outro órgão competente, para assegurar, independente da idade do veículo, total segurança aos usuários.

As alterações no Decreto nº 1821/2000 através do presente projeto de lei, vêm ao encontro dos interesses dos usuários, no aspecto da segurança, assim como também dos prestadores de transporte coletivo, no que se refere à manutenção e conservação da frota de veículos em perfeitas condições de uso.

PROJETO DE LEI Nº 300/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, em caráter permanente, no Calendário Oficial de Políticas Públicas de Cultura, o

programa Paraná Fazendo Arte, da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Devido a tamanha importância, não podemos deixar de incluir em caráter de permanência o Programa Fazendo Arte que foi formulado a partir de reflexões, dados e estudos inspirados no projeto Oficinas Integradas de Cultura implementado pela SEEC no primeiro Governo Roberto Requião, bem como apoiado no banco de dados e informações culturais, recolhidos nos programas Paraná da Gente que se iniciou na mesma gestão, sendo retomado nesta administração. Tais projetos foram de significativa importância para elaboração de políticas públicas para a cultura, servindo de base para a regionalização sistemática e efetivação operacional das diretrizes e programas da Secretaria de Estado da Cultura.

A realização deste programa de ação cultural objetiva a difusão do conhecimento e a valorização da cultura local, através de parcerias com as associações regionais da cultura, prefeituras municipais, artistas, arte-educadores e entidades representativas da classe artística e sociedade civil organizada. O desenvolvimento de estratégias de ações culturais continuadas, como circuitos de apresentações artísticas, mostras e salões regionais de arte plásticas, encontros de cultura popular, de bandas e fanfarras, promovendo a inserção social, o desenvolvimento do mercado de trabalho e da qualificação profissional do artista e do empreendedor cultural. Na sua implementação são oportunizados aos municípios do interior do Estado, diversas oficinas culturais, abrangendo as artes cênicas, visuais, musicais, literatura, e também gestão cultural, elaboração de projetos para as Leis de Incentivo à Cultura e produção cultural. As referidas oficinas culturais, ocorrem em sintonia com os projetos e processos artísticos existentes nas diversas regiões do estado, fortalecendo as bases da cultura local, respeitando a realidade, as tradições e o grau de desenvolvimento artístico e cultural de cada comunidade.

Artistas e arte-educadores tanto da capital como do interior, são parceiros neste processo de qualificação, especialização, e iniciação artística que desde de 2003 já atendeu 327 municípios paranaenses. Outra vertente significativa do Paraná Fazendo Arte é o apoio constante às diferentes manifestações da cultura, onde a música de raiz, o fandango, a congada, as folias de reis, o boi de mamão, o circo, o teatro e as danças populares são efetivamente valorizados. Destacamos o I Encontro Paranaense de Cultura Popular, realizado em junho de 2005 na cidade de Castro, como um marco das políticas públicas para as culturas populares. No referido encontro reuniram-se mestres fandangueiros, estudantes, comunidades indígenas, grupos de

culturas negra, grupos folclóricos étnicos, artistas e pesquisadores das culturas populares de todos os quadrantes do Paraná. Além disso, em cada edição das ações integradas regionais, são realizados Encontros de Metais e Percussão, promovendo o intercâmbio e aperfeiçoamento técnico das bandas e fanfarras municipais. Atividades de caráter social, como as oficinas continuadas de artes plásticas realizadas no segundo semestre de 2005, junto ao Clube de Mães Vila das Torres em Curitiba, seguindo a diretriz de propiciar a fruição da arte também às populações das regiões carentes e isoladas.

A reflexão e o debate a respeito da história e memória da nossa cultura, apresentam-se nos Seminários da Cultura Paranaense, realizados pelo Paraná Fazendo Arte no primeiro semestre de 2006, nas cidades de Santo Antonio da Platina, Irati e Ivaiporã. O Programa Paraná Fazendo Arte atua junto às 19 associações regionais de cultura, constituídas pelos dirigentes municipais da área cultural.

Assim, no sentido de sua configuração com caráter de permanência e progressão, o Programa Fazendo Arte, prevê sua institucionalização pela Assembleia Legislativa com previsão orçamentária anual e a otimização desses recursos no cumprimento programático do órgão.

É importante ressaltar que em seu artigo 23, a Constituição Federal dispõe:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;”

Portanto, visando ampliar o acesso à cultura de toda a população do Estado do Paraná, mas não somente neste Governo e sim em todos os outros, é que apresentamos o presente projeto de lei e contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 301/06

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Paula Freitas, com sede no município de Paula Freitas e foro no município de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Paula Freitas, com sede no município de Paula Freitas e foro no município de União da Vitória, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de caráter civil, educacional, cultural, assistencial,

de saúde e pesquisa, procurando a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 302/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Alto Paraíso, com sede no município de Alto Paraíso e foro no município de Icaraíma.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Alto Paraíso, com sede no município de Icaraíma e foro no município de União da Vitória, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de caráter civil, educacional, cultural, assistencial, de saúde e pesquisa, procurando a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 303/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Apoio à Criança Pequenininhos de Cristo - CAPC, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Apoio à Criança Pequenininhos de Cristo, com sede provisória no município de Curitiba, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade promover o desenvolvimento comunitário das crianças daquela comunidade, representar as crianças em suas reivindicações junto aos poderes constituídos, promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade, receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza, colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade,

desenvolver trabalho com criança, desenvolver cursos de alfabetização e cursos de capacitação aos jovens e aos idosos, desenvolver atividades esportivas, administrar jornal e rádio comunitária e administrar creche comunitária, casa dos idosos, casas-lares.

PROJETO DE LEI Nº 304/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva - Med Prev, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Incentivo à Medicina Preventiva - Med Prev, CNPJ nº 07.368.144/0001-44, fundada em 25 de abril de 2005, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado, tem a finalidade de promover, ajudar, estimular e apoiar atividades no campo da prevenção à saúde, para a sociedade em geral, encaminhando aos profissionais da área, médicos, hospitais, laboratórios, através de parcerias; promover a assistência social; firmar convênios com fundações, hospitais, instituições públicas ou privadas, faculdades, universidades e outras entidades nacionais ou estrangeiras ou empresas, para a prestação de serviços, a título gratuito; promoção do voluntariado.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 305/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Bom Jesus, com sede e foro no município de Cianorte, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.06.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Bom Jesus, com sede e foro no município de Cianorte/PR, entidade sem fins

lucrativos, que tem por objetivos desenvolver atividades de assistência à saúde; promover o voluntariado; desenvolver assistência social e campanhas de prevenção de doenças; desenvolver atividades com trabalhadores; promoção de eventos, encontros, seminários, congressos e palestras, integrar as atividades com programas oficiais do Governo, promover a assistência à família; entre outras.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade do município, conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós, do Partido dos Trabalhadores, tivemos, neste último final de semana, um grande encontro com Flávio Arns, com a Gleisi, nossos pré-candidatos em Londrina com cerca de duas mil e quinhentas pessoas, tocando o processo político como entendemos que deva ocorrer aqui no Paraná. Os partidos devem apresentar os seus candidatos, defender as suas idéias.

Hoje, está desgovernado preponderantemente pelo PMDB; nós, aqui na Assembléia, nós do PT temos uma posição independente. Alguns Deputados com maior afinidade com o Governo, outros com menor. Está dentro da democracia. E o debate eleitoral, no meu entendimento, deve ocorrer de forma bastante tranqüila.

Mas, para meu espanto, Sr. Presidente, li na revista “IstoÉ” um ataque ao Deputado Federal Gustavo Fruet. Com argumentações, dossiê, e há meses atrás, Deputado Rossoni, já me alertavam que havia uma armação visando atacar o Deputado Gustavo Fruet. Sou do PT, tenho posição contrária, divergente dele, que já foi do PMDB. Entendo que muitas vezes, a título de atacar o Governo Lula - não o Deputado Fruet, mas alguns Deputados e Senadores do PSDB - exageraram.

Na última sessão em que usei a palavra, fiz considerações em relação a episódios envolvendo o Deputado Haully, ao Maurício Cudeiro; acho que tem que ser investigado, mas não imaginei que algumas revistas “Veja”, “IstoÉ”, pudessem chegar a tanto. Já fomos vítimas dessas revistas. A Itaipu Binacional foi vítima de estelionatários

que agora se evidencia estarem articulados com o Gabinete do Deputado Haully.

Considero também que o Deputado Gustavo Fruet está sendo vítima agora, desse tipo de jogo, da política. A luta política atingiu níveis que não imaginávamos. E seria talvez, de se esperar, que o Presidente do PT viesse aqui repercutir, regozijar-se do tipo de luta política que o PT é vítima, que Deputados do PSDB também, e o Deputado Gustavo Fruet é vítima neste momento.

Acho que na eleição, Sr. Presidente Hermas Brandão, nós, Deputados estaduais, deveríamos nos levantar com o tipo de jornalismo e também de instrumentalização dessas revistas, que se faz para atingir A, B ou C. Ontem, era alguém do PT, hoje é alguém do PSDB, talvez, amanhã, esses que estão sorrindo nos cantos da política. Quando se faz pesquisa se vê qual é a credibilidade da classe política. É por isso, por essa posição, o ataque pelo ataque, tentativa de desmoralização, uma atrás de outras, vitimizando não os candidatos Gustavo, Rubens, Flávio, Alckmin e Lula, mas as suas biografias.

Eu li o tipo de armação que se fez para oferecer ao grande público - Deputado Federal Ricardo Barros muitas vezes, sedento de uma notícia bombástica, oferecem biografias. Posso divergir do Deputado Gustavo Fruet, mas aquilo que lá está, é evidente que se trata de uma armação contra, não o político Gustavo, mas contra uma biografia que não é dele, é de sua família e que merece respeito.

Portanto, Sr. Presidente, venho aqui manifestar a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos apresentando em conjunto pelas Oposições: Deputado Rossoni, Barbosa Neto, Traiano, enfim, todos aqueles que não estão de acordo com o Governador e que está pleiteando justiça na Assembléia Legislativa do Paraná e nos atos do Governo, através de uma emenda ao Projeto 269/06, que se dê aos advogados do Poder Executivo Estadual, na forma do anexo, também por uma questão de justiça, um reajuste salarial, porque já faz doze anos que a categoria não tem.

Por incrível que pareça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votamos aqui salário-mínimo regional, Polícia Civil, Polícia Militar, Tribunal de Contas, o seu novo Regimento, a reestruturação da Assembléia Legislativa do Paraná, agora, o quadro dos Procuradores e excluídos e injustiçados, os advogados que são os que carregam juridicamente grande problemas e grandes responsabilidades frente ao Judiciário paranaense, acumulando a res-

ponsabilidade do Poder Executivo, das Secretarias, dos órgãos de Governo, enfim, por uma questão de justiça essa emenda é apresentada e queremos de antemão dizer que se amanhã o Governador quiser vetá-la, poderá fazer sem prejuízo de atender aos Procuradores, que nada sofrerão com estas colocações que estamos fazendo nesta emenda ao projeto original.

Esperamos que alguém no Poder Executivo possa se sensibilizar e motivar o Governador do Paraná a fazer justiça a esta Assembléia, de votar esta emenda e aprová-la, pois ela em nada vai afetar o projeto original vindo do Poder Executivo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por uma questão de justiça também, não poderia deixar de falar sobre as declarações que foram dadas pelo Deputado Tadeu Veneri, que falou sobre questões do Quadro Próprio da Assembléia Legislativa do Paraná e que “coisas estranhas” teriam por aqui, com a aprovação do quadro. Queremos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não há coisas estranhas, mas que o que existe e aquilo que realmente aconteceu, está publicado no Diário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que esses funcionários que estão ali ou estão com base na Constituição Estadual ou na Lei Estadual que facultou a eles, a partir de 88, o ingresso na vida pública.

E o que vemos, são os funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná sendo, a maioria, injustiçados, ganhando menos do que ganha o Tribunal de Contas do Estado, que é um órgão assessor da Assembléia Legislativa do Paraná e aqui nesta Casa, onde todos estão expostos na vitrine, é que pagamos o preço por sermos políticos e precisarmos do voto popular. Chegamos lá no pátio do Tribunal de Contas e olhamos a qualidade dos carros que estão parados lá, dos funcionários do Tribunal de Contas, e é tudo top de linha. Aqui o que vemos é uma pobreza generalizada entre os funcionários da Assembléia, Sr. Presidente! Os funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná agora tiveram uma conquista, mas foi o quadro mais injustiçado que teve neste Estado nos últimos quinze anos e fico a me perguntar: por que os Deputados, um começa a denunciar o outro e a jogar os funcionários uns contra os outros também aqui dentro?

Tenho aqui uma dezena de cartas que vieram ao nosso gabinete, fazendo essas denúncias como se isso fosse ser a solução para a Assembléia Legislativa do Paraná, enquanto vemos que do outro lado está o nepotismo e ainda têm coragem de querer cobrar coisas da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que tinha a dizer para este momento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Barbosa Neto com a palavra.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem à noite, como fazia há muitos anos, a Sra. Izabel Isolina Santos Paião, de oitenta anos de idade, ia ao culto, como em todos os domingos.

Infelizmente em Londrina, na BR-369, na travessia entre o Jardim Bandeirantes e a Marajó, empresa conhecida em nossa cidade, ela foi vítima de uma atropelamento e teve morte instantânea. A polícia está apurando se o veículo que a atropelou estava acima do excesso de velocidade. Mais uma fatalidade que a polícia vai apurar, só que o caso da D. Izabel Isolina Santos Paião vai muito além da dor do sofrimento que os seus familiares estão passando neste momento. A D. Izabel é mais uma das vítimas da falta da visão estratégica dos governantes, é mais uma das vítimas das mazelas que são amontoadas ao longo de vários governos. Ali naquele ponto, como também em frente ao Posto Bela Vista, em frente ao Detran, em frente ao Grêmio Literário Recreativo Londrinense, na principal e primeira cidade do interior do Paraná, que é Londrina, temos o descaso das autoridades que não fazem os viadutos, que não pensam no futuro do nosso Estado.

Infelizmente este Governo sepultou os planejamentos e as ações que estavam sendo encetadas para melhorar um pouco esta questão daquelas pessoas vítimas do trânsito em decorrência, não só da alta velocidade, mas, sim, da falta de planejamento. A cidade de Londrina cresceu, acabou ficando dentro da cidade algumas rodovias, como é o caso da PR-445, mas uma rodovia federal como esta que é a BR-369, já deveria ter tirado o tráfego pesado da região central da cidade, porque ela cruza o perímetro urbano da principal cidade do interior do Paraná. E projetos anteriores que foram discutidos à exaustão, que estavam já em fase de execução, com recursos já encaminhados, simplesmente por ser de governos passados, o atual Governo vira as costas e, com desfaçatez, finge que nem existe e estamos cobrando aqui o contorno norte que era uma aspiração da cidade de Londrina, a perimetral norte para retirar o tráfego pesado dos veículos que saem do Estado de São Paulo e vão para Maringá, para Foz do Iguaçu e outras cidades, principalmente na porta de entrada do Mercosul.

Ora, por que isto não é feito? Porque tudo que era do outro não servia e só o dele é melhor do que todos os outros. Isto chega a ser burrice dos governantes com visão canhestra como aqueles animais que usam um tapador e não enxergam para os lados.

Lamentavelmente a D. Izabel Isolina Santos Paião é apenas mais uma das vítimas que vão compor as estatísticas daquelas pessoas que morreram não só pela alta velocidade de um veículo, mas, sim, por falta de visão dos seus governantes.

Fica aqui o nosso repúdio e o nosso registro para que tenhamos pessoas que enxerguem para frente, principalmente ocupando cargos públicos e que tenham a visão estratégica tão em falta neste Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uso deste horário porque na semana que passou alguns jornais do nosso Estado trouxeram matéria a respeito do Diário Oficial aqui da Assembléia Legislativa, publicado no dia 18 de maio, que traz a lista dos funcionários da Assembléia Legislativa.

Li, inclusive, algumas das suas afirmações. Concordo com elas particularmente, Sr. Presidente, concordo que nós, para termos um controle efetivo aqui na Assembléia Legislativa precisamos e esperamos que a Assembléia possa concluir, o mais rápido possível, aquela guarita que há dois anos e meio atrás vem sendo construída. Isso é preocupante até porque o prédio do Tribunal de Justiça já concluiu a sua construção e nós ainda estamos no aguardo de concluir a nossa.

Justamente por isso, Sr. Presidente, dirijo-me a V. Exa. porque faço hoje um pedido de informações aqui nesta Casa, requerendo informações a respeito da situação - para que não parem dúvidas - dos funcionários da Assembléia Legislativa.

Neste pedido de informações solicito a data do último concurso público realizado pela Assembléia Legislativa do Paraná, explicitada a realização do último concurso público. Peço, Sr. Presidente, informações sobre os cargos para os quais foi realizado o último concurso público, a relação de todo os candidatos aprovados no mencionado concurso público que foram investidos dos seus respectivos cargos. Aqui quero fazer um parêntese: obviamente que esta investidura deve estar também registrada no Tribunal de Contas ao qual, posteriormente, eu irei me dirigir.

(Lê): “Relação de todos os candidatos aprovados, como falei, sobre os atuais servidores públicos da Assembléia Legislativa do Paraná, cuja relação foi publicada no Diário da Assembléia do dia 18 de maio, informando seu novo enquadramento funcional, que aliás era uma aspiração dos funcionários desta Casa, que depois de mais de dez anos foi obtida.

Prestar os seguintes esclarecimentos: data do concurso ao qual se submeteram e foram aprovados; cargo para o qual foram aprovados no concurso público os atuais servidores que integram o quadro próprio do Poder Legislativo do Paraná; número do ato e data da investidura de cada um dos senhores e senhoras servidores. Se o ato de investidura foi registrado junto ao Tribunal de

Contas. Desses servidores, quais foram beneficiados pelo Dispositivo Constitucional que assegurou a estabilidade para aqueles que já tinham cinco anos de serviço público em 5 de outubro de 1988, ou seja, em 5 de outubro de 1983 já estavam prestando serviço na Assembléia Legislativa. Se alguns dos servidores ocupantes de cargos públicos na Assembléia Legislativa do Paraná foi investido de cargo público sem aprovação em concurso público após 5 de outubro de 1983. Daqueles servidores ocupantes de cargos cujo requisito de escolaridade é nível superior, informar data em que concluíram a graduação. Local de lotação de cada um dos servidores na Assembléia Legislativa do Paraná.”

Aí, Sr. Presidente, faço aqui uma ressalva: uma das dúvidas e obviamente que estas dúvidas não podem pairar, de jeito nenhum, algumas destas dúvidas já foram respondidas, inclusive por V. Exa.; mas uma das dúvidas que ficou quando da publicação do Diário Oficial era: onde estariam alguns dos funcionários ali listados? Obviamente sem fazer nenhum pré-julgamento, nenhum juízo antecipado porque não é nosso papel fazer isso, nem eu me disporia a tal, uma vez que seria leviandade de minha parte, mas chamo a atenção que algumas pessoas estejam listadas ou estão licenciadas - e aí precisamos saber se licenciados, obviamente sem remuneração - ou estão prestando serviço em outro órgão. E precisamos saber em qual órgão prestam serviços. Se em disponibilidade com ônus ou sem ônus para esta Casa. Obviamente também que nós, por último, precisamos - além de saber a lotação de cada um dos servidores da Assembléia Legislativa, o local de lotação de cada um dos servidores e se há outros funcionários efetivos no Poder Legislativo, além daqueles relacionados no Diário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Solicito, por último, enviar relação dos servidores licenciados e cedidos a outros Poderes e Órgãos informando a data.

Sr. Presidente, estou solicitando que sejam juntados os editais dos concursos públicos realizados e juntando a este pedido de informações uma matéria feita num jornal do nosso Estado na última sexta-feira e que motivou este pedido de informações.

É sabido, Sr. Presidente, e isso dito por V. Exa. que a Assembléia Legislativa do Paraná tem um dos quadros mais enxutos. É sabido também que esta Presidência, no decorrer do seu exercício, exonerou cerca de 1500 a 2000 funcionários que aqui estavam e por não estarem amparados por concurso público ou por outra medida que pudesse regularmente mantê-los, eles foram exonerados. É sabido também que nos esforçamos aqui dentro para trazer aquilo que é nossa obrigação, Deputado Rossoni, que é a publicidade, a legalidade, a impessoabilidade e que já diz o artigo 37 da Constituição Federal, na contratação do serviço público. E por isso mesmo a TV Assembléia é um instrumento para isso, por isso mesmo a informalização será um instrumento para isso.

Por isso mesmo insisto que é preciso que tenhamos a conclusão da portaria da Assembléia Legislativa para

que possamos ter mecanismos de controle dos funcionários. Não de horário, porque isso cabe aos seus superiores. Mas, de controle dos funcionários que de fato vêm todos dias prestar serviço público. É preciso que saibamos e que possamos dar uma resposta efetiva à população. Não podemos, em momento algum, ficar com qualquer dúvida que alguém esteja em algum local deste Estado ou fora dele e que esteja recebendo por esta Casa. Obviamente que estou falando de cargos que não são comissionados, são cargos de carreira da Assembléia. Os cargos comissionados, entendo que poderiam até estar prestando outro tipo de serviço fora deste espaço. Mas, àqueles contratados para prestar serviço, aqui, não há nenhuma justificativa para que não estejam no dia-a-dia como todos os trabalhadores fazem a partir do momento em que têm o seu contrato e o seu registro.

Então, Sr. Presidente, esta é a solicitação que lhe faço e sei que serei atendido, porque já conversava anteriormente com o senhor. E não acredito que V. Exa. tenha que assumir, embora detentor do cargo maior na Assembléia, o ônus e a responsabilidade como se esta Assembléia não quisesse responder a ninguém. Acho, sim, que é um ato extremamente positivo a abertura desse debate para o povo paranaense, porque a nós compete fazermos tudo aquilo que é legal, lícito, legítimo e transparente. E assim esperamos que aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo, estou encaminhando o requerimento de V. Exa. à Mesa Executiva e V. Exa. terá todas as informações. Não temos interesse de esconder qualquer informação desta Casa. Posso dar alguns esclarecimentos, não números exatos. Concursados na Casa, se chegar a cinquenta dos atuais funcionários são muitos. Os demais foram beneficiados pela Lei de 92 do Regime Único, que foi questionada com uma ADIN e que o Supremo Tribunal deu como válida a Lei nº 092, que foi assinada pelo ex-Governador Mário Pereira que estava em exercício.

Em relação ao controle, estamos tomando as providências. Infelizmente, cometemos um equívoco na construção da nossa entrada principal. Não foi feita pela administração direta desta Casa e sim por um órgão do Governo estadual e até hoje não foi concluída. Está sendo concluída e vamos tomar realmente as providências. Tenho feito um apelo, sempre, Deputado Tadeu. Abri cinco demissões voluntárias. Tivemos trinta e poucos funcionários só que aderiram, porque estavam esperando nesse período que saísse realmente esse Plano de Cargos e Salários, e saiu, para felicidade nossa e de todos os funcionários.

Confesso a V. Exa. e aos demais Parlamentares e quem nos escuta aqui hoje, que designei uma Comissão, nunca interferi em nada da Comissão. Se me perguntarem quem são os membros da Comissão que fizeram essa avaliação dos funcionários - porque foi uma avaliação que, acredito, tenha sido correta, porque foi criado o questionário

que foi preenchido pelo próprio funcionário que respondia ali há quanto tempo estava, onde estava, se não estava e foi feito realmente desta forma. Se houve injustiça, eu pessoalmente nunca recebi uma reclamação de um funcionário e nunca colocaram no papel que houve injustiça. Se houve injustiça, dirija à Mesa Executiva um requerimento, e estamos prontos para rever a posição. Se houve erro, vamos corrigir. Não há interesse nosso, de forma nenhuma, em criar qualquer dificuldade para que o funcionário possa crescer na carreira. O que tenho falado sempre, é o seguinte: vai chegar o momento que vamos exigir do funcionário uma dedicação exclusiva à Assembléia. Não está longe, não.

Tenho visto aqui muitos funcionários da Casa que nunca tinha visto e até comentava com o Caíto Quintana agora há pouco. Estamos aqui há seis mandatos e tenho visto funcionários que nunca vi na Casa e que estão aqui agora. Via sim, no final do mês para buscar o holerite, mas não sabia que era funcionário.

Então, pode ficar tranquilo. Aqueles que não se dedicarem exclusivamente à Casa, é bom já pedir a aposentadoria. Até por sinal, depois que concluímos o Plano de Cargos e Salários, daquela listagem que foi publicada, tem mais de trinta que já pediram a aposentadoria, e é bom. Volto a afirmar: aqueles que não se dedicam exclusivamente à Casa e que tenham tempo de serviço, por favor, aproveitem e peçam a sua aposentadoria.

Ninguém comenta que tive que demitir dois mil e quatrocentos funcionários numa penada só. Recebi ameaças de morte em frente à minha casa e em frente à Assembléia tinha trabalhos de despacho. Mas isso não me assusta, não me pega. Estou vacinado contra essas coisas.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Agora esta na hora de despachar aqueles funcionários que não vêm para a Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Realmente. Posso afirmar uma coisa: se temos seiscentos e poucos funcionários e hoje não chega a seiscentos, acho que chega a 580, é a Assembléia mais enxuta deste país. Agora, não se vê os avanços; só se vê as dificuldades que passamos.

Então, V. Exa. pode ficar tranquilo, porque vai ter todas as informações que solicita, como está à disposição de todos. Acho que foi um avanço enorme publicarmos. Sempre falavam que era uma "caixinha de segredos". Está aí publicado. Todo mundo sabe quem são.

Então, volto a afirmar a V. Exa. Vamos responder e estará à disposição de todos os Parlamentares, da imprensa também e de todo cidadão paranaense, com certeza.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Sr. Presidente. Não era outra a resposta que eu aguardava de V. Exa. e acredito que teremos, num

prazo breve, condições de dar uma resposta a todas as indagações que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Outra informação a V. Exa.: é a única Assembléia que os Deputados não têm aposentadoria e não têm carro para andar também, porque foi cortado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

E não paga Sessão Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E não paga Sessão Extraordinária!

Então, acho que é um grande avanço. Estamos avançando e vamos continuar avançando, com certeza. Agora, agradar a todos é difícil. Outro dia uma jornalista me cobrava por que eu não fiscalizava a entrada. Eu teria, pessoalmente, que controlar a presença de todos os funcionários. Bom, eu não sou bedel de escola. Não estou mais na idade de ser bedel. Isso não é função do Presidente. Temos que criar os mecanismos, mas não eu, pessoalmente, ter que ir de sala em sala, ver se o funcionário está trabalhando ou não. Fiz isso, até como um desabafo, porque realmente tentamos fazer o melhor, prestigiar aqueles que realmente trabalham e, às vezes, não somos entendido. V. Exa. terá todas as informações, com certeza.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas quero agradecer à Presidência e à Mesa. Deixar claro que mais uma vez, estamos fazendo um pedido de informações como prerrogativa que temos enquanto Deputado e, obviamente, por ser uma matéria de interesse de toda a sociedade, saber quem vem, quem não vem, por que vem, onde está ou não está?

Aliás, não apenas no Legislativo, temos interesse também no Executivo, porque o nosso papel é fazer a fiscalização, e dentro daquilo que nos compete, nós a faremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, deputadas, Deputados, funcionários e imprensa.

Um das primeiras demandas, Sr. Presidente, quando chegamos aqui na Assembléia Legislativa, desta tribuna, fizemos alguns pronunciamentos expressando e manifestando com muita serenidade o meu constrangimento nesta Casa, em estarmos sucessivamente votando Plano de Carreira dos servidores públicos do Estado, em várias áreas, vários setores, sem que os nossos funcionários tivessem o seu Plano de Carreira.

Então, é preciso fazer o resgate da memória histórica. Se hoje estão sendo levantados problemas, questionamentos, faz parte do processo. Que bom que agora temos um Plano de Carreira e que podemos, a partir desse momento, corrigir as distorções, acertar os equívocos e melhorar as condições de trabalho e salário dos nossos servidores.

Confesso que em muitos momentos me senti solitária nessa luta de termos aqui um Plano de Cargos e Salários para os nossos funcionários. É bom que fique registrado na história essa nossa manifestação, insistência, persistência. Perdi a conta da reunião que fiz com o Presidente, que também recebeu a Comissão de Funcionários várias vezes. Reuniões que fiz com o nosso 1º Secretário Nereu Moura, com o nosso Diretor-Geral o Abib Miguel - Bibinho, todas essas reuniões levando as demandas, as nossas preocupações e as dificuldades daqueles funcionários que estavam há anos na Casa, que muitos dos quais não podiam se aposentar porque não tinham o Plano de Carreira.

Então, insisti nessa questão e recebi em todos esses momentos, também uma preocupação da Mesa, com essa questão. O nosso Presidente coloca a demissão de dois mil e quatrocentos funcionários da Casa, podemos imaginar o que foi. Se estamos falando hoje em dificuldades, em situações esdrúxulas, o que era isso com mais de dois mil e quatrocentos funcionários que foram demitidos por não estarem efetivamente desenvolvendo as suas ações dentro da Assembléia Legislativa?

Portanto, problemas estamos vendo que existem, mas a partir de agora, com o Plano que foi feito em maio de 2005 e publicado agora em 18 de maio de 2006, a partir de agora teremos efetivamente um documento em mãos, que a partir daí todas aquelas pessoas que se sintam prejudicadas possam, efetivamente, como disse o Presidente, buscar, através de documentação à Mesa, documentação à Direção da Casa, colocando seus problemas anexando os seus documentos e a situação, na minha avaliação será regularizada e corrigida, porque a idéia é essa, segundo o que tenho conversado com o Presidente Hermas Brandão e com o Secretário Nereu Moura.

Também falávamos na questão do credenciamento dos funcionários. Existe a questão que eles levantam, discutir o melhor plano de atendimento médico que tenho levado essas discussões ao Presidente e à Direção da Casa, e também a questão do espaço onde trabalha a taquigrafia hoje, que é um espaço extremamente complicado, insalubre, como existem outros espaços igualmente aqui na Casa.

Conversando com o Diretor Geral, com o Presidente, com o Secretário sempre se manifestaram à disposição para busca de alternativas, para melhorar as condições de ganho e a condição de trabalho dos funcionários da Assembléia Legislativa.

Já não era sem tempo, porque estamos entrando no quarto ano de mandato e agora é que temos o Plano de Carreiras efetivamente publicado.

Mas, queria dizer que não é, evidentemente, resultado apenas das gestões desta Deputada, mas prioritariamente dos funcionários que se organizaram e buscaram esta Deputada inúmeras vezes para tratar dessa questão.

Portanto, fico muito mais tranqüila que agora existe o Plano na Casa. Se há problemas, se há erros, se existem dificuldades, vamos ter que corrigi-los, mas também não há nenhum constrangimento mais com os demais Deputados em votarem o Plano de Carreira para todos os funcionários públicos do Estado do Paraná, sem que os nossos que estão cotidianamente trabalhando conosco também o tenham. E o resto é realmente essa verificação - e eu concordo - àqueles que efetivamente estão aqui, que vêm e cumprem seu horário, cumprem seu papel, esses são funcionários da Assembléia Legislativa, os outros que foram colocados anteriormente pelos que antecederam, pelo próprio Presidente que só vem buscar o salário, lógico que a Casa tem que tomar uma providência em relação a esses “fantasminhas”, porque se vêm buscar salário, como o senhor colocou e não estão aqui, alguma coisa errada está acontecendo e a Mesa tem que tomar providências realmente porque isso sobrecarrega e diria até que desmotiva àqueles que estão aqui todos os dias cumprindo o seu dever de funcionário desta Casa.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ratinho Júnior no Grande Expediente.

Deputado Ratinho Júnior (PPS)

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

É com bastante alegria que mais uma vez subimos a esta tribuna para falar de um assunto que já há alguns meses, e hoje também não diferentes, vem tomando a pauta não só da Assembléia, mas também como dos veículos de comunicação.

Hoje não foi diferente, alguns jornais do Estado do Paraná publicaram a questão sobre o nepotismo. Também a cidade de Cascavel, a Associação Comercial têm feito eventos públicos nas praças colhendo assinaturas, abaixo-assinado sobre o nepotismo. Também, vimos na sexta-feira, publicações da OAB do Estado do Paraná, publicações da Associação Comercial do Paraná falando sobre o assunto. É um assunto que realmente traz bastante polêmica, bastante debate. E quando falo deste assunto, é bom lembrarmos como tudo começou. Começou por volta de maio de 2005, onde havíamos feito um projeto de lei para apresentar a esta Casa, sobre o nepotismo. Sabendo então, que o Deputado Tadeu Veneri havia feito um projeto de Emenda Constitucional, abrimos mão de apresentá-lo.

Logo que o Deputado Tadeu Veneri fez esse projeto de lei ele precisava de 28 assinaturas para apresentar essa emenda constitucional. Fomos a segunda, a primeira foi do Deputado Tadeu Veneri, posteriormente a nossa. E por que estamos falando disso? Para mostrar que em nenhum momento estamos aqui nos fazendo de oportunistas. Estamos acompanhando esse assunto desde o seu embrião, desde que começou a ser discutido. Isso já havia sido discutido por diversas vezes no Partido, no PPS, com reuniões públicas dos nossos filiados, dos militantes, e aqui na Assembléia, após a publicação, apresentação dessa Emenda Constitucional pelo Deputado Tadeu Veneri, com 28 assinaturas.

Fizemos o requerimento de regime de urgência, para que esse projeto fosse analisado e montado uma comissão o mais rápido possível após o que houve uma série de discussões sobre o assunto; o PMDB resolveu também apresentar um projeto de Emenda Constitucional, o Governador Requião também apresentou uma Emenda, por sinal muito bem feita e completa, bastante importante, muito bem elaborada.

Lamentamos que o Governador a tenha retirado, porque era realmente muito boa; proibia o nepotismo cruzado, que existe bastante no nosso país. E depois disso, no mesmo dia que o Governador pediu a retirada do seu projeto, fizemos um projeto ainda maior do que o do Governador, muito mais amplo. E pegamos 28 assinaturas também de Deputados, assim como manda o nosso Regimento Interno, assim como manda a nossa Constituição, e apresentamos à Mesa, para análise. E a Mesa Executiva argumentou que não aceitaria a nossa proposição, ou melhor, arquivaria, entendendo que no artigo da Constituição Federal, artigo 60, parágrafo 5º, na Constituição Estadual, artigo 64, parágrafo 4º diz que: “*a matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa*”. Mas, aí veio o nosso argumento, a nossa justificativa: por que então apresentamos a nossa proposta, Deputado Durval Amaral, de Emenda Constitucional? Fizemos um parecer baseado em atitudes que o Supremo Tribunal Federal tomou com assuntos semelhantes a esse, na Assembléia Legislativa. E é bom lembrarmos que votamos nesta Casa o substitutivo geral da Emenda Constitucional do Deputado Tadeu Veneri, foi feita pela Comissão formada nesta Casa, inclusive proposta pelo Deputado José Maria, que é um estudioso das nossas Constituições Estadual e Federal, e do nosso Regimento Interno; um grande conhecedor. Foi feito um substitutivo geral, e foi votado. É esse detalhe que estamos pedindo para que os Deputados e a Mesa Executiva prestem atenção.

O Supremo Tribunal Federal diz o seguinte, um dos Ministros:

(Lê):

“*Volto ao tema da rejeição do substitutivo, para dizer que tal rejeição não tem como consequência a rejeição da proposta de emenda. Uma coisa é diferente*

de outra. A proposta de emenda constitucional somente pode ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembléias Legislativas (CF, artigo 60, I, II, III). Ora, o substitutivo é apresentado apenas por um parlamentar. Isto mostra que uma (a proposta de emenda) e outro (o substitutivo) diferem. E mais: o que a Constituição impede é que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havia por prejudicada possa ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (CF artigo 60, parágrafo 5º). Refere-se a Constituição, portanto, à matéria constante de proposta de emenda e não à matéria constante de substitutivo (MS 22.503-3/DF, fls. 539, Min Carlos Veloso).

O Ministro Celso de Mello, de sua feita, consignou:

*Entendo, por isso mesmo, Sr. Presidente, que não se registrou, **no caso**, a hipótese versada no artigo 60, parágrafo 5º, da Constituição, eis que **inocorreu**, na espécie em exame, qualquer violação a esse preceito da Carta Política, pois **não se tratava**, consoante enfatizado pela doura Procuradoria-Geral da República, “de nova proposta de emenda constitucional, mas sem da tramitação da **mesma e única** proposta apresentada, nos termos do artigo 60, inciso II, da Lei Maior, **com apreciação das emendas regimentais apresentadas**, segundo as regras do Regimento Interno da Câmara dos Deputados” - (grifos do magistrado MS 22.503-3/DF, fls. 544).*

Por fim, arrematou o Ministro Sepúlveda Pertence, à época Presidente do STF:

*Isto posto, resta-me a convicção, que vejo ser também a do Tribunal, de que, efetivamente, a incidência do artigo 60, parágrafo 5º da Constituição pressupõe o encerramento do processo legislativo de apreciação de uma determinada **proposta de emenda** constitucional. Friso: encerramento do processo relativo a determinada **proposta de emenda** constitucional, locução que tem significado técnico preciso na Lei Fundamental. **Proposta de emenda** à Constituição - ato inicial de um processo de emenda à Constituição - como resulta da cabeça do artigo 60, é reservada privativamente a um terço de cada uma das câmaras, ao Presidente da República ou à metade das Assembléias Legislativas. Tudo mais são **emendas**, são proposições acessórias à **proposta**, porque incidentes no processo de deliberação sobre a **proposta de emenda** constitucional.*

Ora, é com esse mesmo rigor técnico que o artigo 60, parágrafo 5º usa duas vezes a mesma palavra: “a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (MS 22.503-3/DF, fls. 551 - grifos do magistrado).

Dessa maneira, volvendo ao caso concreto, a leitura adequada ao parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição Federal leva-nos à conclusão de que apenas a rejeição da PEC nº 67, de 2003 teria o condão de precluir pro-

cesso legislativo de reforma previdenciária de similar envergadura e sentido. O mero aproveitamento de emendas - valendo-nos do jargão do Excelso Pretório - “regimentais”, em nova proposição, sem que a primeira tenha sido rejeitada ou declarada prejudicada, é recurso absolutamente lícito e apropriado para o equacionamento dos fins retromencionados, que, por injunções políticas, se apresentam em antagonismo direito.

Face ao contido na matéria, objeto da presente PEC, requer-se sua inclusão na Pauta, a constituição especial e posterior encaminhamento ao Plenário para seu seguimento regimental.”

Não nos satisfazendo dos pareceres dos Ministros do STF, fomos atrás do parecer do Dr. Romeu Bacellar, um dos grandes juristas deste país, que foi contratado por esta Casa para dar o parecer se é constitucional ou não a tramitação de uma nova PEC, além da PEC do Deputado Tadeu Veneri.

Na página 23, o Dr. Romeu Bacellar deixa bem claro:

Finalmente, deve ser observado que a votação e a rejeição recaiu sobre o Substitutivo apresentado pela Comissão Especial, não alcançando o projeto de emenda do Deputado Tadeu Veneri, em sua concepção originária. Portanto, o próprio Dr. Romeu Bacellar diz, claramente, que o foi que rejeitado, nesta Casa de Leis, foi o Substitutivo Geral e não a Emenda Constitucional do Deputado Tadeu Veneri.

No parecer do Dr. Romeu Bacellar ele coloca o exemplo do Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal:

É de ver-se, pois, que tendo a Câmara dos Deputados apenas rejeitado o Substitutivo e não o projeto que veio por Mensagem do Poder Executivo, não se cuida de aplicar a norma do artigo 60, parágrafo 5º da nossa Constituição. Por isso mesmo, afastada a rejeição do Substitutivo, nada impede que se prossiga na votação do projeto originário.

O que não pode ser votado na mesma Sessão Legislativa é emenda rejeitada ou havida por prejudicada, e não o Substitutivo que é uma subespécie do projeto originalmente proposto.

Desta forma, Sr. Presidente, também fizemos um requerimento que foi aprovado na Sessão anterior, quarta-feira, pedindo para que o projeto do Deputado Tadeu Veneri tivesse a sua tramitação regular, que lhe seja dado regime de urgência, interrompendo também a regular tramitação de outros projetos ou proposições no plenário da Assembléia até que se tenha resolvido a presente matéria. Por que isso?

Porque 92% da população do Estado do Paraná são favoráveis a acabar com o nepotismo no Estado.

Entendemos e sabemos que existem muitos parentes de governantes que estão no cargo, que são competentes, mas o que lamentavelmente ocorre é o abuso de algumas autoridades. Para combater o abuso é necessário um regime drástico e é por isso que apresentamos a nossa

PEC, pedimos à Mesa Executiva que monte uma comissão para analisar tanto a PEC do Deputado Tadeu Veneri quanto a nossa, e depois da análise das duas matérias se monte um projeto único para que venha à votação.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Concedo um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço o aparte de V. Exa. no seu discurso, inclusive, o estudo que fez, o trabalho que apresentou e, também, ao parecer do jurista Bacellar, mas, se olharmos a tese que V. Exa. está sustentando de que o que foi votado nesta Casa não foi a emenda original, mas sim um Substitutivo, a partir do momento em que foi apresentado o parecer à Comissão de Análise Constitucional e essa Comissão resolveu aprovar o Substitutivo, no meu entendimento, a matéria que está em votação já não é mais a emenda e, sim, deu lugar à emenda o Substitutivo apresentado pela Comissão de Análise Constitucional.

Deputado, eu o louvo pelo esforço. Esta minha intervenção é para contribuir para o debate, mas não vejo como teremos condições de votar se o projeto é o Substitutivo, porque assim entendeu a Comissão que tinha a responsabilidade de analisar a proposta de Emenda Constitucional 40/05, do Deputado Tadeu Veneri. Não existem, no mundo legislativo, dois caminhos ou duas matérias a serem analisadas. Existia uma que foi submetida à apreciação da Comissão de Análise Constitucional e, a partir desse momento, passou a ter só uma, que era o Substitutivo, que por falta de quórum foi rejeitado porque foi 15x29.

Confesso que, em função disso, não vejo como esta Casa terá condições de fazer uma outra análise de outra proposta apresentada porque já votamos. Tanto a Constituição Federal, como a Constituição Estadual, citada por V. Exa, e o próprio Regimento Interno são muito claros a respeito. Não vejo, mas estarei atento ao debate, à discussão para que possamos construir quem sabe um novo caminho.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Eu que agradeço, Deputado José Maria Ferreira, é muito importante a sua opinião e o seu pensamento porque sabemos que o senhor é um profundo estudioso, um conhecedor. Todos nós sabemos, dentro da Comissão da CCJ; vemos a sua habilidade em manusear a Constituição.

Agora, é um caminho que achamos neste momento, que os próprios Ministros do Supremo Tribunal Federal entendem que o substitutivo geral acaba sendo um subprojeto da nossa Emenda Constitucional.

Então, o assunto nepotismo não foi votado e eliminado. O que foi eliminado foi o substitutivo geral. Ele pode ser discutido e pode ser montada uma nova Comissão para analisar os outros projetos, as outras PEC's. Aí

sim, extrair um único parecer para que esta Casa vote. É isto que estamos pedindo para que a Mesa tenha esta sensibilidade.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Com certeza vamos ter outras discussões para que possamos avançar no esclarecimento desse entendimento que V. Exa. expôs.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Obrigado, Deputado José Maria.

Presidente Hermas Brandão: pedimos que a Mesa acate o nosso projeto baseado nesta nossa justificativa. E, acredito que quando a Mesa disse à imprensa que o projeto, tanto do Deputado Tadeu Veneri, quanto o do Deputado Ratinho Júnior, estariam arquivados, não leu a nossa justificativa. A partir do momento que a Mesa Executiva ler, tenho certeza que vai ser colocada em debate. Porque aquilo que está em questão, não é holofote de um, não é holofote de outro. Aqui não está em discussão se um quer aparecer mais do que o outro, ou quer deixar de aparecer. O que está em discussão é o vício que existe no nosso Estado, aonde hoje há um abuso de prefeitos, câmaras municipais, enfim todos os Poderes, da contratação de parentes sem o mínimo de respeito com a sociedade. Queremos discutir este assunto.

Se 92% da população do Estado do Paraná é favorável a acabar como nepotismo, se a Ordem dos Advogados do Paraná, se a Associação Comercial do Paraná se colocam nesta posição, se 28 Deputados que assinaram nossa PEC também se colocam nesta posição, não é possível que esta Casa não vai ter a sensibilidade de discutir este assunto.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Deputado, só um pequeno aparte. Faço essa colocação no sentido da possibilidade jurídica e regimental. Mas, continuo com a mesma posição com relação ao nepotismo. Isto a sociedade não admite mais, e esta Casa realmente não pode admitir que este projeto não seja votado.

Agora, as condições jurídicas, legais, regimentais, não vejo, mas continuo tendo as mesmas posições que tive em relação à elaboração do parecer que foi pela vedação do nepotismo no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, ouvi na imprensa a posição do Presidente Hermas Brandão dizendo que este projeto seria um projeto demagógico.

Em nenhum momento foi o nosso pensamento e se este projeto é demagógico, isso se estendeu aos 28 Deputados que o assinaram, estendeu-se à OAB, que também se posicionou favorável; à Associação Comercial do Paraná e se estende a 92% da população do Estado do Paraná que é favorável a acabar com isso.

Então, pedimos à Mesa Diretiva que coloque o nosso projeto em votação e acate o nosso requerimento que na quarta-feira passada aprovamos neste plenário. E vamos às últimas consequências.

Esse assunto não encerrou.

Queremos que o Presidente Hermas Brandão convoque mais uma vez uma Comissão Especial, para analisar a PEC do Deputado Tadeu Veneri e a nossa, para que dessa união possa haver um grande projeto, para liquidar como nepotismo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu não iria fazer isso, nobre Deputado. Vou devolver o projeto de V. Exa., porque não está em condições de ser apresentado - não tem 228 assinaturas.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, o nosso projeto quando foi protocolado na quarta-feira, tinha 28 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tinha 27 assinaturas e depois retiraram. No mesmo dia o Deputado Geraldo Cartário retirou a sua assinatura, e posteriormente, diversos Parlamentares retiraram. Enquanto o projeto não é votado pode-se retirar o apoio a qualquer momento.

Estou devolvendo-o a V. Exa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, vou insistir no que eu disse, porque protocolamos e o último Deputado a assinar foi o Valdir Rossoni. Nós tínhamos 28 assinaturas. Gostaria que V. Exa. acatasse a nossa PEC, porque é muito importante que esse assunto seja discutido e debatido na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estou devolvendo a V. Exa, porque não está com 28 assinaturas. Quero informar a V. Exa. que se conseguir as 28 assinaturas, eu também não o colocarei em votação, porque fere regimentalmente o nosso Regimento Interno.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está decidido, nobre Deputado. Aqui, na esfera legislativa, está encerrado o debate sobre a questão. Após a esfera legislativa, só o Judiciário pode decidir. É uma Questão de Ordem que eu já decidi.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, espero que V. Exa. não me casse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não estou lhe cassando a palavra. Eu só estou respondendo a V. Exa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Tomei muito cuidado quando elaboramos esse projeto. Tínhamos 28 assinaturas, quando ele foi apresentado. Entendo que é muito importante que a Mesa Executiva acate o nosso projeto. Lembro-me perfeitamente que o Deputado Valdir Rossoni foi o último a assiná-lo. Também o Deputado Elio Rusch, inclusive, me ligou após o expediente, colocando-se à disposição para assinar o projeto.

Então, foi apresentado com 28 assinaturas e é importante que a Mesa analise bem. Não queremos criar nenhum caso. Queremos apenas a nossa prerrogativa de Deputado Estadual de poder apresentar uma PEC que seja respeitada.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Este é um assunto que vem sendo debatido pela sociedade paranaense em todos os níveis. O PPS deu entrada no Ministério Público, em uma ação, pedindo também as mesmas providências que o Ministério Público tem adotado a Prefeituras e Câmaras Municipais, em relação ao Governo do Estado. É um assunto que está para ser julgado nos próximos dias, uma vez que está em vistas com o Procurador Ciro Schreiber, do Ministério Público. Entendemos o pleito do Deputado Ratinho e de outros companheiros, que desejam discutir o assunto.

Eu pediria a V. Exa. - sei da dificuldade que é essa questão de interpretação legislativa -, se pudéssemos, em cima do parecer que o Deputado Ratinho apresenta, pedirmos à assessoria jurídica da Casa um posicionamento a respeito do que o Deputado vem pleiteando. Ele fez todo um arrazoado, sei que fez a busca, uma ampla pesquisa jurídica em cima do que se tem decidido - o Supremo em cima das decisões que envolvem o Congresso Nacional. Gostaríamos de, talvez, já em um primeiro momento, vermos este estudo que o Deputado desenvolve, ser apreciado. E se houver um entendimento, aí sim, voltaríamos ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a V. Exa., que para receber qualquer proposta de PEC, temos que ter 28 assinaturas. V. Exa. entende também que o Parlamentar pode retirar o seu apoio, a qualquer momento, enquanto não for votado. Diversos Parlamentares retiraram o apoio. Procuraram este Presidente e tiraram o apoio. Por isso, fiz questão de encaminhar a V. Exa., para verificar que realmente hoje não temos 28 assinaturas - mais de seis Deputados retiraram o apoio.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, quando protocolamos o projeto, ele estava com as 28 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não estou discordando disso, nobre Deputado. Eu só pedi para dar andamento, para começarmos a pensar em discutir se é válido ou não, se juridicamente é perfeito ou não, teríamos que ter vinte e oito assinaturas.

O Sr. André Vargas (PT)

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Sinceramente, teve a minha assinatura o projeto. Esse tema, na minha opinião, mesmo entendendo que deva tramitar, não precisamos atrair para a Assembléia esse debate, porque a Assembléia já fez a sua parte. Lamentavelmente, apenas vinte e nove Deputados votaram quando votamos, vim aqui e disse: quem queria acabar com o nepotismo, votou; quem não queria, estava fazendo de conta.

V. Exa. quis e votou. Muitos votaram. Aí, dizia que o Governador iria retirar o projeto - eu disse aqui e ficou gravado. Aí, a Comissão foi pegar o parecer e o Governador retirou o projeto.

Então, Deputado Ratinho Júnior, com todo o respeito que V. Exa. merece - sou Deputado desde que nos elegemos em primeiro mandato e não tenho toda a experiência, mas, sinceramente, quem tem que responder pelo tema não é mais a Assembléia, mas o Governador, que assinou um documento e pediu para retirar. Sinceramente, louvo a sua intenção e assinei, mas não precisamos dar conta, porque fizemos o que tinha que ser feito e o Governador retirou o projeto. Eu estava brincando que ele um *by-pass* na Assembléia, fez de conta. E foi isso que aconteceu.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Peço o Horário da Liderança do PPS.

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

Entendemos a sua posição, Deputado André Vargas, mas não podemos fugir da nossa responsabilidade. Se o Governador assumiu e depois entendeu que não era mais sua responsabilidade e fugiu do assunto, fugiu da sua responsabilidade de acabar com o nepotismo no Estado do Paraná, nós, os cinquenta e quatro Deputados, não podemos nos ausentar neste momento, até porque este, sim, é o Poder mais democrático que tem hoje, legalmente, o nosso país, que é o Poder Legislativo, porque aqui estão todas as classes sendo representadas.

Então, não podemos fugir da nossa responsabilidade. Se o Governador entendeu que o projeto dele não deveria ser votado, esse é um problema dele. Nos temos que discutir sobre a Assembléia Legislativa! Temos que parar com esse negócio de jogar a responsabilidade um nas costas do outro. Geralmente, quando um governante assume, fala: ah, é que o meu antecessor não fez; não consigo fazer por causa do meu antecessor. Temos é que

assumir essa responsabilidade e de alguma maneira tomar uma providência.

Gostaria, mais uma vez, de pedir à Mesa Executiva - não sei se vai adiantar - mas nós protocolamos com vinte e oito assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. encaminha à Mesa, até por delicadeza por V. Exa., pela amizade e pela consideração, vou ler o parecer.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Agradeço! Acho importante, porque quando a Mesa Executiva resolveu arquivar, pelos termos do artigo 64 da Constituição Estadual, tenho certeza que pelo volume de projetos que tem a Mesa Executiva, V. Exa. não teve o tempo hábil para ler todo o parecer, que realmente sei que é extenso. Mas, é importante, Sr. Presidente, porque independe se o nosso projeto for aceito ou não, aprovamos um requerimento na quarta-feira, pedindo para que o projeto do Deputado Tadeu Veneri continuasse tramitando. Então, de qualquer forma, sendo o nosso projeto a ser analisado, se vai continuar na Casa ou não, agora cabe à Mesa Executiva. Mas, aprovamos um requerimento que o projeto do Deputado Tadeu Veneri continue a ser analisado nesta Casa.

Então, peço a V. Exa. que sabemos ser um democrata que analise com carinho, porque o povo do Estado do Paraná quer desta Casa uma resposta. O senhor já deu o seu voto no dia do Substitutivo Geral; V. Exa. deu o seu voto dizendo que era favorável a acabar com o nepotismo e tenho certeza que vai ficar na história do seu mandato como Presidente da Assembléia e do mandato de todos os Deputados que estão aqui, a partir do momento em que acabarmos com o nepotismo no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças - com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Ratinho Júnior, Presidente Hermas Brandão, Deputados que subcreveram a PEC:

Temos que deixar bem claro que quem retirou a proposta contra o nepotismo aqui na Assembléia Legislativa do Paraná foi o Poder Executivo e agora estamos chamando a atenção do povo do Paraná como se nós aqui, os Deputados Estaduais, é que não quiséssemos votá-la.

Quem pode ser responsabilizado pela prática em grau maior é o Sr. Governador do Estado do Paraná e quem pode ser responsabilizado pelo povo, porque recebi várias cartas, e-mail's que chegam ao gabinete protestando contra os Deputados estaduais como se fôssemos os responsáveis por esta situação e não somos. Os Deputados estaduais tiveram um comportamento, uns votaram a favor, outros contra, mas tivemos um comportamento naquela Sessão e depois na segunda votação, o Governador retirou a sua proposta de emenda constitucional e ficou então um vácuo - tinha-se um parecer que não foi respeitado e o assunto, eu acho que deve se deixar agora para o julgamento popular, meu caro advogado Valdir, no 1º de outubro, e é bom que você esteja aqui que vai ser um 1º de Outubro sem "Ferreirinha", sem "Baiano da Foice", vai ser uma maravilha esta eleição que vem, e se tiver que ter, vai ter que ter em cima do Governador Roberto Requião, porque ele tem muitos pecados para explicar ao povo do Paraná. Certamente esta eleição, Deputado Rossoni, será uma eleição para se passar a limpo.

Quero neste momento, Deputado Pedro Ivo, que está presidindo a Sessão, registrar a presença do nosso Deputado do Vale do Ivaí, Antônio Costenaro Neto, que está aqui nos honrando com sua presença. É uma homenagem a sua visita, você, que foi um Deputado atuante, é um homem de iniciativa, um homem de trabalho, de luta, queremos transmitir aqui o nosso respeito, o respeito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a V. Exa. que nesta tarde nos visita. E perguntou o André Vargas ali se o tempo era "*by pass*" o que fizeram com a Assembléia, foi uma passagem, nos deram um conto, uma passagem, quero até pedir desculpas a ele, porque o meu inglês é um tanto ruim - a maior proximidade que tive com a Inglaterra foi através da Guiana que divide com o nosso país e lá o inglês é um inglês misturado com os nativos e a coisa não é tão forte e tão inglesa como deveria ser, mas a Assembléia realmente teve este problema com relação à votação do nepotismo, falou-se que viria depois uma mensagem e aí a mensagem era inconstitucional e ficou esta situação criada e estamos agora focando para cá as luzes todas que nos pegam na vitrine.

Então, Deputado Ratinho, com todo o respeito que tenho por V. Exa. deixe o Governador do Paraná levar o desgaste.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Scarpellini, é importante lembrarmos de como foi o encaminhamento da questão do nepotismo nesta Casa; alguns Parlamentares que votaram contra o fim do nepotismo disseram que não estariam votando a PEC do Deputado Tadeu Veneri porque a PEC do Governador era mais perfeita, não tinha nenhum equívoco constitucional, não poderia ser alegada a inconstitucionalidade. Quem acreditou nisso e eu falei dessa tribuna que

nós estaríamos acreditando em Papai Noel, este foi o argumento e me parece que agora todos, até prova em contrário, são culpados, todos são culpados! A grande verdade é a seguinte: o parecer que foi dado à Comissão criada da PEC do Governador foi favorável, não há necessidade da retirada da PEC. A grande verdade é: querer ou não querer! Esta é a situação a ser definida, quem não quer? Governador Requião!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

É ser ou não ser, eis a questão!

Então, pego o jornal e leio isso aqui (eu estava em Apucarana no dia 28 de maio, domingo): "Sindicância vai apurar lista de servidores". As denúncias do Deputado Tadeu Veneri que afetam a todos os funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná, quem vai fazer a denúncia já deveria vir com os nomes porque o ônus da prova cabe a quem acusa, já deveria vir com os nomes dos fantasmas e não pedir para que a Assembléia apure os nomes para entregar para ele e para a imprensa!

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é evidente que é uma Casa transparente, está aí exposta, todos nós sabemos da dificuldade que passou a Assembléia quando da demissão de funcionários que tinham sido irregularmente investidos aos cargos e o Ministério Público Federal, juntamente com o Deputado Nelson Justus, tiveram uma efetiva participação para que se colocasse fim àquela situação. Isso tudo já foi objeto de discussão. Agora estamos trazendo para a Assembléia como se todos os problemas do Estado tivessem a participação da Assembléia Legislativa do Paraná. A questão do nepotismo está aí, o Paraná inteiro sabe o que realmente aconteceu, a Assembléia aprovou, por quarenta votos, o 40º voto foi do Deputado Mauro Moraes que entrou e depois festejou o voto; na votação seguinte retirou e votou lá do outro lado, contra. Argumentou que estava votando contra porque queria votar na PEC do Requião. A PEC do Requião depois é retirada da Assembléia e nós agora estamos querendo trazer para cá uma culpa como se a culpa fosse nossa. Não é!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de ficar discutindo os assuntos que estão hoje em pauta, que é o agricultura, o campo que está falido; a questão dos advogados do Estado que estão aí pedindo uma coisa justa, uma reivindicação salarial que entendemos ser de justiça e a Assembléia deverá fazer isso. Nós temos questões de escola, de merenda escolar, questão de obras nos municípios que estão faltando uma vez que o empenho do Governo só se dá através de endividar os municípios! Outra coisa não tem feito o Governador a não ser isso, autorizar financiamentos para os municípios endividando e massacrando, cada vez mais, os municípios paranaenses. Queremos que a Saúde melhore. Não se melhora a Saúde só com ambulância porque você colocar o doente numa ambulância e depois não ter hospital para internar, não ter leito para colocar o doente, não tem uma UTI para resolver o problema! E joga-se nas costas do Prefeito e

dos Vereadores a responsabilidade, como se deles única e exclusiva fosse.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos amanhã a Brasília; passaremos três dias discutindo a questão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PDT, Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma reflexão aqui que vem num momento oportuno, creio eu. A avalanche de denúncias, Deputado Nelson Justus, foi tão grande! E estamos sendo bombardeados por essas denúncias já faz quanto tempo? Mais de um ano! Todo dia uma denúncia! Uma não! Todo dia várias denúncias. Estou falando também como jornalista e como radialista. O povo não aguenta mais tanta denúncia, denúncia, denúncia... A carga está sendo demais.

A dose, Deputado Nelson Justus e Deputado Carlos Simões, passou. E agora parece que ninguém acredita em mais ninguém. Aí você chega e faz denúncia o outro fala assim: mais uma, pára com isso! Lá na rádio temos um programa todas as manhãs, e aí: de novo isso aqui. Depois de amanhã, de novo. E aí denúncia, denúncia... Denúncia porque um gosta de arroz, outro de feijão; porque um gosta do preto e outro do branco. Denúncia sobre tudo e sobre todos. Aí vem o descrédito. Estamos vivendo o descrédito. Você querem mais? Vejam bem, vejam Assembleia, as prerrogativas que temos, Deputado Rossoni, e o que é estamos fazendo com essas prerrogativas?

O que estamos fazendo, por exemplo, diante de uma TV Educativa, Paraná Educativa, Rádio FM Educativa, Rádio AM Educativa? O empresário tem uma rádio ou um meio de comunicação, ele tem que correr atrás da publicidade para manter aquele meio, para comprar novo transmissor, um novo microfone, enfim. E a TV Educativa é fácil, é simples, acho que é uma concorrência desleal da Paraná Educativa com a iniciativa privada. É uma concorrência desleal, injusta, porque se a Paraná Educativa precisa de um transmissor, o Governador vai lá na maquininha, roda e sai o dinheiro para o transmissor. E aí, precisa contratar um profissional, vai lá, mexe com a maquininha e sai o dinheiro e contrata o profissional. Se ele precisa comprar uma câmara para a televisão, moderna, vai lá, mexe na maquininha e sai o dinheiro. Numa televisão particular do Governador. Ele está errado? Claro que não! Ele está fazendo, nós estamos quietos, ninguém fala nada e ele vai tocando, enchendo o balde, só que esse balde pode encher demais e aí não sabemos o que pode acontecer. Eu nem sei se o povo também está dando importância para isso.

Então, vimos aqui e falamos, falamos, falamos. E daí? O que acontece, o que tem acontecido? É denúncia, é denúncia. Pior, Deputado Anibelli, denúncias anônimas, sem prova. Um dia, eu já falei sobre isso aqui, eu estava terminando o discurso, a reflexão. Se eu fosse usar as denúncias anônimas que tenho na rádio, meu Deus do Céu! Se o Deputado Anibelli fosse usar as denúncias que chegam no gabinete dele, o Rossoni, a Deputada Arlete, todos recebemos. São anônimas, não têm provas e, no entanto, se denuncia. Então, as denúncias estão caindo no vazio. Para não usar um termo chulo aqui - porque não posso usar esse termo, já encheu! O que estamos construindo? O que estamos fazendo? Querem atingir o Legislativo paranaense. Por quê? É um espaço aberto, é um Poder aberto.

Aqui todos entram, todos circulam. É claro que temos que ter responsabilidade. Todos devemos ter responsabilidade e responder pelos nossos atos e pelas nossas ações. Eu creio que é preciso parar, pensar e refletir sobre o caminho que estamos trilhando. Temos uma grande responsabilidade. Eu estou vendo aqui na Casa: aconteceu o seguinte, aqui não tem santo, não. Não tem santo, não, mas também não tem diabo. Diabo tem?

(**Risos**)

Então, é uma mistura, mas tem gente que gosta de ver o circo pegar fogo, fica feliz da vida, como se todos fossem santinhos, fossem donos da verdade, da absoluta verdade, e com a maior cada de pau! Cada tiro que eu dou no companheiro, dou um tiro no meu pé e eu vou acabar perdendo o equilíbrio e vou cair. Que bom se a Assembleia já tivesse a sua televisão, Deputado Rossoni. (O Deputado Rossoni tem cobrado bastante, a televisão da Assembleia.)

Não está na hora de começarmos a refletir sobre coisas importantes?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Deputado Luiz Carlos, sabe quantas vezes falei na Educativa como Líder da Oposição? Uma vez, e eu quero fazer uma homenagem ao Deputado Anibelli. De madrugada, o repórter me colocou e depois fez uma chacota ainda, só que eu encontrei o repórter aqui e pedi para que ele abrisse um debate ao vivo, na TV Educativa. Eu me sinto um pouco dono daquela televisão. Eu sou paranaense, pago imposto, moro neste Estado. Não. A TV Educativa é uma vergonha. Isso faz parte do fascismo. Não tem. É só a verdade do magnífico, do ser supremo que fala. Agora eles estão numa empreitada de não ter candidato adversário, Deputado Luiz Carlos Martins. Vai ser candidato único, só que precisa combinar com o povo isso...

Uma vez o treinador da seleção brasileira, que agora está em moda, dando instrução para o Garrincha, e todos sabem da humildade do Garrincha, o treinador dizia para ele: Olha você corre por aqui, o lateral te pega

por lá, você corre e você cruza. Ele perguntou: “Mas, o senhor combinou com o adversário?”

Precisa na verdade essa barbaridade que está acontecendo com a divulgação dos atos do Governo, as grandes mentiras que têm. A TV Educativa é uma coisa vergonhosa. Está lá a TV Educativa, a TV Cultura de São Paulo, veja a diferença de televisão. Precisa combinar com o povo. Mesmo o candidato único, Deputado Luiz Carlos Martins, tem que combinar com o povo, senão o drible é para o outro lado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Lembram daquela eleição que o Governador Richa foi eleito e o ex-Governador Ney Braga foi candidato ao Senado? O ex-Governador Ney Braga pela história bonita dele, jamais seria derrotado para o Senador. Lembram disso? De repente, surgiu um jovem lá de Maringá chamado Álvaro Dias e foi o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PFL, Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Uso esta tribuna na esperança, Sr. Presidente, que o Governo do Estado possa ainda interferir na questão do presídio de segurança máxima, que está sendo concluído no município de Catanduvas, que vai abrigar criminosos de alta periculosidade.

Em 2003, usamos a tribuna e alertamos à sociedade do Paraná, aquilo que havia sido firmado, com a concordância do Governo do Estado, na construção de um dos cinco presídios de segurança máxima que seriam construídos no Brasil e, um seria na cidade de Cascavel.

A sociedade organizada de Cascavel não aceitou a construção. Logo depois, para surpresa nossa, de repente, anuncia-se a construção desse presídio que iria acontecer no município de Catanduvas. Mesmo assim, nós nos manifestamos contrários a essa decisão do Governo Federal, através do Ministro da Justiça e com a concordância do Governo Estadual em ceder o seu território para a construção.

Temos o prazer de receber hoje, aqui neste Sessão, o Deputado Costenaro Neto, que foi Deputado junto conosco, aqui na Assembleia Legislativa. Eu tive o privilégio e o prazer de tê-lo como meu vizinho de gabinete. Obrigado pela sua presença.

Mas, disse em 2003, a seguinte frase: Precisamos unir as nossas vozes para que o Estado do Paraná não aceite o presídio federal, porque amanhã ou depois teremos que abrigar criminosos de alta periculosidade do Brasil, como Fernandinho Beira-Mar.

Eu fui continuei, naquele dia 10 de setembro de 2003, trazendo alguns argumentos para a não construção

do presídio. Mas tudo isso, Deputado Sperafico, que nos honra com a sua presença (Deputado Federal da região Oeste), tudo isso que falávamos naquela ocasião não teve a ressonância e não teve o respaldo por parte do Governo do Estado do Paraná. E mesmo assim, permitiu-se a construção desse presídio.

Ontem à noite, para quem assistiu ao Fantástico, foi feita uma reportagem ampla sobre a questão desse presídio que está prestes a ser inaugurado. Inclusive, uma reportagem sobre os criminosos que virão para o Paraná e que virão para o Oeste do Estado, na cidade de Catanduvas. Quem virá além de Fernandinho Beira-Mar, Marcola, entre tantos outros chefes do crime organizado do nosso País? E a nossa preocupação não é com a vinda desses criminosos, é a ramificação que vem com eles. O que é que vai acontecer com o Oeste do Estado, com o Paraná em relação à construção desse presídio?

Naquela ocasião, em 2002/2003/2004, muitas vezes se ergueram no Oeste do Paraná! As entidades se manifestaram, mas nada conseguiu demover os Governantes dessa construção. E hoje, estamos com a realidade às portas. O presídio vai ser inaugurado, e lamentavelmente, Srs. Deputados, parece-nos que quem vai fazer o corte inaugural da fita nada mais, nada menos do que numa ponta Fernandinho Beira-Mar e na outra o Marcola.

O Paraná merece isso? Será que o trabalho e aquilo que nós fizemos, Deputado Anibelli, em favor do desenvolvimento sócio-econômico em nosso Estado e produzindo para o Brasil, é essa recompensa que o Governo Federal vai dar para o Estado do Paraná? Mandar de presente os perigosos, os criminosos de alta periculosidade? Não é admissível! Não podemos aceitar isso calados! O Paraná e o Oeste paranaense não merecem isso. Mas o que é que nós vamos fazer, somos apenas Deputados, podemos nos manifestar desta tribuna? Nós não temos a caneta na mão de baixar qualquer decisão. Por que será que o Governador do Estado do Paraná não faz a mesma coisa no Presídio Federal, como ele fez com os contratos da UEG Araucária, como ele fez com o Porto de Paranguá, como ele fez na Sanepar, como ele fez na Copel, como ele quis fazer com o pedágio, com as concessionárias faça um rompimento unilateral e baixe um decreto que diz “aqui não se entra”.

O Paraná não aceita esses criminosos. Mas até agora eu não vi nenhuma vez a voz do Governador do Estado do Paraná em se manifestar contrário à vinda desses criminosos para o nosso Estado. Espero Deputado Dobrandino a quem devoto o maior respeito, nosso amigo, ele milita como Líder do Governo na Assembleia Legislativa e nós na Bancada de Oposição, mas o respeito sempre foi mútuo que nós dedicamos um ao outro. Espero Deputado Dobrandino que o Governador do Estado do Paraná a quem o senhor representa como seu líder aqui na Assembleia, possa demovê-lo de permitir a entrada e a vinda desses criminosos.

Eu me lembro, Srs. Deputados, quando aqui da tribuna, através do debate falávamos sobre os presos que

viriam para cá e eu fui até aparteado, na tentativa de querer me convencer, dizer que esse presídio apenas iria abrigar os presos federais apreendidos em nosso Estado. Eu disse, naquela ocasião, que não acreditava nessa história, e hoje o fato está aí, praticamente consumado, o Paraná será obrigado a conviver com o chefe do crime organizado em nosso país. É lamentável, o Estado de São Paulo não os aceita, aliás, nenhum presídio federal, Deputado Nelson Praczyk, foi construído em São Paulo, e nem no Rio de Janeiro. E aonde estão os maiores criminosos hoje? Estão em São Paulo e no Rio de Janeiro! Quer dizer, os criminosos são de lá, e agora eles serão exportados dos seus Estados para o Paraná, amanhã para o Mato grosso, depois para o Rio Grande do Norte, não sei aonde.

Então vamos fazer, sim, presídios de segurança máxima, mas que cada Estado prenda e segure os seus criminosos. Porque volto a dizer, amanhã ou depois, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos dizer o seguinte: “o Deputado Elio Rusch, no ano de 2006, falava da tribuna e dizia que com a vinda de Fernandinho Beira-Mar e o Marcola viriam as outras ramificações”. Poderá ser verdade. Espero estar errado, mas acima de tudo, espero que o Governo do Estado ainda interfira contra a vinda desses criminosos para cá. O Paraná não merece e o Oeste do Estado muito menos.

Seria isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PSDB. PMDB. Liderança do Governo. Liderança da Oposição. (**Declinam**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 41 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 031/06, subscrito pelo Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando justificativa e conseqüente abono de suas faltas em sessões plenárias e votações nos dias 30 e 31 de maio e 01 e 02 de junho, quando estará representando esta Casa de Leis, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos na Conferência Nacional de Direitos Humanos, que será realizada em Brasília. No dia 30 de maio, estará em audiência na Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, tratando de assunto da comissão. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Nelson Garcia e Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 169/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/06, autorizando o Poder Executivo a doar ao município de Cruzeiro do Oeste, o imóvel conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/06, de 04/04/06, em Mensagens)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/06, de 10/04/06)**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Caprinocultores, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública a Aram - Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade

Pública o Instituto para o Cuidado da Família, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravagio, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 024 /06, de 03/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 024/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravagio, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

O autor não está presente. Portanto, será retirado da Ordem do Dia.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Associação de Amigos dos Idosos “Viva a Vida na Terceira Idade”, com sede e foro no município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/06, de 24/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 206/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos dos Idosos Viva a Vida na Terceira Idade, com sede e foro no município de Castro, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que

possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/06, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Ikebana Ohara-Ryu de Londrina - Aciol, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/06, de 08/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 232/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Ikebana Ohara-Ryu, de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposições)

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/06, que autoriza o Poder Executivo doar à Cohapar imóvel situado no município de Itapejara d'Oeste. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 074/06

Curitiba, 04 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 069/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 019/06, por considerá-lo contrário ao interesse público. Em face de ter sido proposto por Mensagem Governamental, com medida aprovada por esta Casa de Leis, mudando o donatário,

constatou-se que a doação objetivada não mais atende em plenitude os objetivos preconizados, cabendo, portanto, novos estudos quanto à melhor utilização do imóvel, segundo é o entendimento da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 019/06 encontra-se publicado no DA nº 027/06, de 05/04/06, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 038/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, autoriza o Poder Executivo a doar à Cohapar, imóvel situado no município de Itapejara d'Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito aos Deputados Anibelli, Francisco Bühner e Duílio Genari que procedam ao escrutínio dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Trinta e dois NÃO e 01 SIM.

Está derrubado o veto e mantido o projeto.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1347, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

Requerimentos nºs 1314 e 1315, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1327, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1328, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1329 e 1331, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1332, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1334, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Mesa Executiva, para informações.**

Requerimentos nºs 1336, 1338 e 1366, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1337, de autoria da Deputada Cida Borghetti e Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1339 e 1344, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1340 a 1342, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1348 e 1351, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1353 a 1359, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1360 e 1365, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1367 e 1368, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 462, 500/05, 123 e 220/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 793/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 206 e 232/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 732/05, 093, 153, 180/06 e do Projeto de Resolução nº 009/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/06 e das Indicações nºs 012, 013 e 014/06.

Levanta-se a Sessão.